

A RETOMADA DA SOBERANIA



Sete anos depois do golpe que retirou Dilma e o PT do poder, a Petrobrás volta a funcionar como um instrumento de desenvolvimento nacional. O fim da paridade internacional de preços é apenas o começo

Olimpio

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 22 de Maio de 2023 Nº 96

A criminoso venda da Eletrobrás compromete o futuro
Rogério Correia avalia que a oposição vai se enrolar na CPI
Dinheiro vivo pagava as despesas de Michelle Bolsonaro
Lula reitera compromisso com o ensino em tempo integral
Lei Paulo Gustavo agora está valendo e vai investir R\$ 4 bi

ORGANIZAÇÃO

Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira

Inês Patrício

Antonio Carlos F. Galvão

Adhemar Mineiro

Mariano Macedo

Helena Maria Martins Lastres

Cid Olival Feitosa

CARLOS LESSA

O PASSADO E O FUTURO DO BRASIL



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

expressão
POPULAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE ECONOMISTAS PELA
DEMOCRACIA

ATO DE INAUGURAÇÃO DA NOVA SEDE
 Você que conhece o jornal O Trabalho, comemore conosco seus 45 anos.
 E aproveite para conhecer nossa nova sede.



Jornal
O TRABALHO 45 ANOS

Contribuição para entrada, **RS 5,00** (o valor de um jornal)

20 mai sábado * **15h**

**PRAÇA DA REPÚBLICA,
 Nº 478, SALA 71 - SÃO PAULO**

**CONTRIBUA COM A REVISTA
 REVISTA RECONEXÃO PERIFERIAS**

Convidamos ativistas, coletivos e movimentos para contribuírem com a Revista Reconexão Periferias de fevereiro.

O tema do mês será sobre as ruas, como espaços de disputa, defesa da democracia e também alegria, nas festas populares do carnaval. **Textos, artigos, fotos, ilustrações, poemas e toda forma de expressão que possa estar consolidada na Revista são bem vindos!**

Envie um e-mail para estudosperiferias@gmail.com para maiores informações.

SERÁ MUITO LEGAL TER A PARTICIPAÇÃO DE VOCÊS!



EXPOSIÇÃO



43 anos
 NA LUTA PELA
**DEMOCRACIA
 BRASILEIRA**

focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo,
 Fernanda Estima, Guto Alves, Isaías Dalle,
 Nathalie Nascimento, Olímpio Cruz Neto,
 Paulo Chagas e Pedro Camarão



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
 Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva
 Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,
 Valter Pomar e Virgílio Guimarães

CONSELHO CURADOR

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar,
 Arthur Chioro, Arlete Sampaio, Azilton Viana, Camila Vieira
 dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto, Eleonora
 Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de Castro, Esther
 Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade,
 Fernando Pimentel, Fernando Ferro, Francisco José
 Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo, Lais Abramo,
 Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura,
 Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,
 Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,
 Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,
 Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),
 Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia
 e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves
 das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França
 Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas
 (Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane
 Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo
 (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína
 Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),
 Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio
 Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares
 Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),
 Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e
 Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338



Reprodução

PETROBRÁS PÕE FIM À DOLARIZAÇÃO DOS COMBUSTÍVEIS

O Brasil volta a ter uma política soberana para definir as tarifas da gasolina, diesel e gás de cozinha. A estatal anunciou o fim da paridade internacional de preços, que colocou a petroleira a serviço dos interesses privados

Página 12

ENTREVISTA. Rogério Correia diz que oposição está com medo da CPI

Página 6

CIRCO. Oposição monta um palco para criminalizar o movimento dos sem-terra

Página 22

EDUCAÇÃO. Lula anuncia investimento de R\$ 4 bi a escolas de tempo integral

Página 28

ARTIGO. Líder do PT elogia retomada do controle de preços pela Petrobrás

Página 17

SUSPEITA. PF descobre depósitos em dinheiro vivo para Michelle Bolsonaro

Página 24

AMAZÔNIA. Inpe revela que o desmatamento caiu mais de 68% em abril

Página 30

CRIME. Porque a venda da Eletrobrás por Bolsonaro um negócio ruim ao país

Página 18

JUSTIÇA. Supremo monta maioria para condenar Collor por corrupção

Página 25

G7. No Japão, Lula volta a colocar o Brasil nos grandes temas internacionais

Páginas 32

RESERVAS. Em quatro meses, Lula aumenta o ingresso de dólares

Página 20

ASSOMBRO. Deputado persegue professora que usou camiseta de Oiticica

Páginas 26

INCENTIVO. Lula regula a Lei Paulo Gustavo e retoma investimentos na cultura

Página 36

CARTA AO LEITOR

CPI DO MST. A BOIADA NÃO PASSA

Alberto Cantalice

A questão agrária sempre foi um grande “calcanhar de Aquiles” na história brasileira. Fatiada para os apaniguados dos reis de Portugal em capitanias hereditárias, desde o início da colonização, os senhores das terras e seus continuadores vêm ao longo dos tempos mantendo seu domínio em largas faixas do território nacional.

O latifúndio se impôs pelo domínio nos poderes legislativos na República Velha e pela articulação com o tenentismo na Revolução de 1930, uma espécie de “pacto sagrado” das elites em defesa dos interesses senhorial das casas grandes.

As palavras reforma agrária foram o espantinho que motivou esses setores a serem os principais impulsionadores das marchas da família, que deu a base de massas para o Golpe de 1964.

A formalização do trabalho

no campo via Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) se quedou obstruída até o advento da Constituição de 1988, o que produziu um passivo astronômico para os cofres da Previdência Social com a concessão de benefícios sem a contrapartida da contribuição.

Outra anomalia digna de nota se estendia para além da política: a donataria de cartórios Brasil afora que ‘legalizou’ o maior roubo de terras públicas pela via da grilagem e que, ainda hoje, perdura em rincões do país.

É nesse cenário dantesco que surge o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o MST. Responsável por expulsar do campo milhões de trabalhadores ao manter a propriedade de uma imensidão de terras improdutivas, o latifúndio viu-se às voltas com um movimento de base que, ao ocupar essas terras, colocava a nu essa realidade trágica. Daí nasceu o ódio ao MST.

A criação de mais uma CPI contra o movimento pode ser

um momento sublime para que os setores progressistas, além de defender os sem-terra, questionem a série de roubos de terras indígenas, o desmatamento ilegal de terras públicas e a “grilagem legalizada”. Não é hora de defensiva. O MST é um orgulho: o maior plantador orgânico do país, com uma rede de cooperativas que, sem uso do trabalho escravo, vem produzindo bebidas e alimentos, tudo demonstrado na feira realizada recentemente em São Paulo.

É hora também de questionar o ITR, que diferentemente do IPTU, quase não arrecada para os cofres públicos. Existem proprietários de chácaras, sítios e fazendas que se aproveitam das leis tributárias malfeitas para não pagar o que seria devido.

Não vivemos mais na época do coronelismo, enxada e voto, como brilhantemente relatou na década de 1940, o ministro do STF Victor Nunes Leal.

A boiada não vai passar! •



“A OPOSIÇÃO MORRE DE MEDO DA CPI DO ATAQUE À DEMOCRACIA”

Integrante da comissão criada para investigar a tentativa de golpe em 8 de janeiro, o deputado do PT de Minas afirma que mais sigilos bancários e eletrônicos virão à tona e devem levantar provas do envolvimento dos derrotados nas eleições de 2022. Correia avalia que o resultado pode tornar o ex-presidente inelegível. E adverte: "Acho que ele não pode sair é como inocente nessa história porque ele não foi"

Alberto Cantalice e Pedro Camarão

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre os ataques contra as sedes dos Poderes da República em 8 de janeiro está próxima de começar e a conjuntura atual parece ser oposta àquela imaginada pela oposição. Antes, o bolsonarismo parecia ter alguma força para sustentar narrativas mentirosas que tentavam apontar o governo Lula como responsável pela depredação dos prédios públicos.

Agora, diante das investigações conduzidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, o que está evidente é

que os ataques foram feitos por seguidores de Jair Bolsonaro e que integrantes do seu governo e o próprio ex-presidente são suspeitos de envolvimento direto na tentativa de golpe de Estado.

O deputado federal Rogério Correia (PT-MG) é um dos integrantes da CPI do Ataque à Democracia. Na avaliação do parlamentar, os ataques de 8 de janeiro são mais um capítulo da trama de Bolsonaro e aliados para viabilizar uma tomada do poder. Ele lembra que, em 7 de setembro de 2021 e no dia da diplomação de Lula, em novembro de 2022, ocorreram “ensaios” do golpismo.

A expectativa é que a CPI vai

autorizar mais quebras de sigilos bancários e telemáticos que permitirão levantar novas provas incriminadoras contra Bolsonaro e seus mais diletos colaboradores. Correia avalia que o ex-presidente se tornará inelegível. E vaticina: ou o ex-presidente é punido agora ou, na próxima eleição, o movimento antidemocrático poderá ter ainda mais força no Brasil.

Rogério Correia também é um dos responsáveis por acompanhar as discussões relacionadas ao PL das fake news que tem o objetivo de estabelecer regulações para o funcionamento das plataformas digitais e proibir a disseminação de discursos de ódio.



Nesta entrevista à Focus Brasil, ele trata da dificuldade de aprovar o projeto. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Focus Brasil – A CPI sobre os ataques de 8 de janeiro já foi tratada como se representasse um risco para o governo. E, agora, a sensação, inclusive na imprensa, é de que essa situação se inverteu e o alvo é Bolsonaro. Como o senhor vê a situação?

Rogério Correia – A oposição está tremendo igual vara verde, morrendo de medo da CPI. Olha, a justiça é feita. Quando foi em janeiro, dia 9, apresentei junto com o Joseildo [Ramos], deputado petista da Bahia e com o [senador] Paulo Paim [PT-RS], um pedido para instalar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Isso em 9 de janeiro, um dia depois dos acontecimentos, da quebradeira aqui. A avaliação do governo e da maioria do PT foi no sentido de que não devíamos

fazer a CPI. Não por medo. Você sabe como que é início de governo, vamos ter que mirar primeiro na formação de base do governo na Câmara. E a Polícia Federal, o Ministério Público, o Supremo Tribunal Federal vão investigar e vamos centrar em governar. Então, este era o pensamento normal de qualquer governo, principalmente, de um governo de esquerda. “Nós vamos ter problema na Câmara, temos minoria, então, vamos governar. Cem dias de governo, estabelece primeiro as nossas metas nos programas sociais, refazer os ministérios, recriar políticas públicas. Esse era o pensamento do governo, também do presidente Lula, que chegou a dizer “olha, CPI agora não é bom para a gente”. Então, concordamos. Se o governo acha que não deve, tudo bem. Na época, não me convenci disso, mas foi a voz majoritária do PT e do governo. Então, não criei confusão em relação a isso.

Ainda viria a discussão das metas fiscais, a reforma tributária. Optou-se por deixar que as outras instituições fizessem a investigação e, aliás, fizeram muito bem, com o Ministério da Justiça também acompanhando, o ministro [Flávio] Dino e assim por diante. Então, isso esfriou do nosso ponto de vista, mas a oposição achou que era um receio do governo em relação à CPI e foi para cima, querendo realizar essa comissão de inquérito com uma narrativa completamente absurda, que é a narrativa de que o governo teria contribuído para que isso acontecesse, no sentido de fazer com que quanto pior, melhor.

– Uma mentira deslavada.

– Sim. Como se o governo tivesse deixado que se quebrasse o todo, que se expandisse a quebradeira, porque isso daria um aval ao governo e “queimaria o filme” da oposição. Um negócio absurdo. Ou seja, tentaram um

golpe de Estado, não conseguiram e ainda querem apurar o golpe de Estado dizendo que o governo estava ganhando com a tentativa de golpe. Essa é a narrativa deles.

E aí vieram aquelas imagens onde o general G. [Gonçalves] Dias [então ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República] aparece lá, atordoado, no meio daquilo. E eles dizem: “está vendo, é o governo que queria”. Mentira, claro. As imagens depois revelaram inclusive o contrário. E aí começam a aparecer outras provas de que o golpe não era apenas uma narrativa nossa, mas um acontecimento histórico. E aí o negacionismo histórico deles levou a que cometessem esse erro. É isso que a a CPI, a CPMI – porque é mista –, vai ver, uma trajetória histórica do que aconteceu. A conclusão será, evidentemente, que houve no Brasil uma tentativa de golpe e que essa tentativa tinha um autor intelectual principal, que é Jair Bolsonaro. E por autoria intelectual, ele já tem um processo no Supremo averiguando esses indícios fortes que o colocam no centro disso. A única divergência que tem entre nós sobre isso é se ele pode ser chamado de autor intelectual. Acho muito dizer que o Bolsonaro é autor intelectual de alguma coisa. Prefiro chamar de mandante, mas que ele é o mandante deste golpe e que esteve por trás disso o tempo inteiro junto com o general [Augusto] Heleno [ex-ministro-chefe do GSI], com mais meia dúzia de generais tresloucados, golpistas, que é o general Heleno, o Braga Netto, o [ex-comandante do Exército Eduardo] Villas Boas. Essa turma, evidentemente, sonhava com esse golpe e arquitetou isso durante muito tempo.

– **Golpismo como projeto político.**
– O bolsonarismo é isso. Além

de abraçar o ultraliberalismo, tem uma visão totalitária, neofascista. E, durante todo o procedimento, foi isso que eles buscaram durante todo o período que governaram, desde que o filho dele [Eduardo Bolsonaro], antes das eleições disse que o Supremo não seria problema porque bastava fechá-lo com um jipe, um cabo e dois soldados. E durante todo o governo foi isso: “pau no Supremo”. Depois, brigam com o Congresso Nacional. Depois, fizeram o orçamento secreto e fizeram as

HOUVE NO BRASIL UMA TENTATIVA DE GOLPE E ESSE ATAQUE ÀS INSTITUIÇÕES TINHA UM AUTOR INTELLECTUAL PRINCIPAL: JAIR BOLSONARO

pazes. Mas o Supremo era sempre tensionado. E aquele fatídico 7 de setembro de 2021, quando a tentativa de golpe foi explícita. Ali, Brasília teve aquela noite tensa. A ideia deles era fazer uma grande concentração, fechar as estradas e o Bolsonaro depois chamaria a ordem no Brasil através da Constituição, do artigo [142], que eles interpretam erradamente. E que a partir dali ele iria para São Paulo onde tinha uma outra manifestação marcada na qual Bolsonaro iria dizer que para o bem do Bra-

sil e de todos, com o caos instituído, estradas ocupadas, Brasília ocupada, ele proclamaria então o auto golpe. Falhou porque não tinha tanta gente e o Congresso não caiu nessa, o Supremo resistiu e as Forças Armadas não foram na jogada que ele achou que fosse impor aquele dia. Então, ali já tinha sido uma tentativa explícita de golpe do Bolsonaro.

– **Era sempre um ensaio...**

– E ele não desistiu disso, continuou dizendo que as urnas não eram confiáveis e preparando a próxima etapa golpista. Aí são muitos os indícios disso, fortíssimos. Talvez o principal deles seja a minuta do golpe que estava com Anderson Torres. A minuta do golpe é uma carta explícita de como funcionaria. E recentemente saiu uma matéria também dizendo que ele se reuniu secretamente com ministros do TSE que votavam com ele. Então, Bolsonaro procurava até por dentro do TSE ter também ali as condições, que é o que dizia a minuta, de fazer uma intervenção na Justiça Eleitoral e proclamar outro resultado eleitoral porque as urnas tinham sido falsificadas. E, com o caos gerado em Brasília que já vinha desde a diplomação do Lula e as concentrações nas portas dos quartéis, no dia 8, viria uma tropa lá de Goiânia de 1.500 pessoas, como agora o major Ailton [Barros] confessou junto ao ajudante de ordem do Bolsonaro [tenente-coronel Mauro Cid], e ao coronel Élcio Franco, que era o segundo homem forte deles na saúde. Então, com isso, eles tinham um amplo esquema de projetar esse golpe. Bolsonaro sairia do Brasil e de lá continuaria com a intentona golpista. Ele também precisaria de um cartão falso de vacina. Disse que não precisava do cartão falso para entrar nos Estados Unidos. Mas para sair, precisaria.

E a intentona golpista poderia

levá-lo a sair dos Estados Unidos, como levantou várias vezes a hipótese. E, além disso, precisava provisionar recursos para isso. Então, agora a gente vê uma conta de R\$ 600 mil e as joias que tentava reaver de milhões e milhões, algumas no sítio do Nelson Piquet e outras que tentou reaver da Receita Federal para ter aquilo como provisionamento de receita para a sua intentona golpista no exterior. Houve um planejamento evidente disso. Eu acho que a CPMI vai se debruçar sobre isso. Por isso essa narrativa deles de que o dia 8 de janeiro foi apenas um fato onde “patriotários” vieram para cá e ganharam facilidade para quebrar tudo e ponto final. Ora, não é uma narrativa historicamente condizente com a realidade dos fatos. Há aí também um negacionismo histórico. Acho que eles estão encrocados. Agora, com tudo isso que aparece, ficam na defensiva. Mais as contas da Michelle, as dele [Bolsonaro]. Por isso digo que estão “tremendo mais que vara verde”. Tenho dito aqui no governo que agora não é hora da gente recuar de novo. Vamos com a CPMI do a quem doer e vai doer no Bolsonaro, com toda certeza.

– As pessoas ficam dizendo e parte da mídia também, esses próprios golpistas, que o ministro Alexandre Moraes está tendo um protagonismo excessivo. Qual é a sua opinião? Está havendo uma certa leniência do Ministério Público Federal, que era quem tinha que estar encaminhando essas investigações? Isso também dificulta o restabelecimento da ordem democrática no Brasil?

– Concordo, mas diria o seguinte: é claro, a gente não quer uma Justiça que extrapole os seus limites. A Lava Jato foi um péssimo exemplo. Hoje, estamos vendo que [Sergio] Moro e [Deltan] Dallag-

nol fizeram manobras usando o Judiciário para poder prender o presidente Lula e fazer uma interferência no sistema democrático. Fizeram, portanto, de forma autoritária. Foram desmascarados e a Lava Jato hoje está desmoralizada. E até tenho uma notícia para vocês, o Tacla Duran vai vir aqui para “botar uma pá de cal” no lavajatismo. Ele já aceitou o convite, consegui aprovar um requerimento na Comissão de Administração Pública com apoio da bancada do PT, e ele já disse que

NÃO FOSSE O SUPREMO, TÍNHAMOS CORRIDO REALMENTE O RISCO DE AS FORÇAS ARMADAS GOSTAREM DA IDEIA E APLICAREM UM GOLPE

virá aqui e trará as provas contra Rosângela Moro, contra o Sergio Moro e contra o Deltan Dallagnol. Mas enfim, a Lava Jato foi um desserviço ao Poder Judiciário e ao Ministério Público. Foram eles agindo contra a democracia na política. Agora, você tem um outro lado da história, onde o Executivo, o Bolsonaro queria, evidentemente, dar um golpe. O Supremo, nesse caso, foi resistente. É preciso entender o papel do Alexandre Moraes nesse sentido. Ele agiu dentro das prerrogativas

do Poder Judiciário para garantir o sistema democrático, completamente distinto.

E houve, sim, tanto uma não ação do Ministério Público, essa de forma absurda, o procurador [Augusto] Aras, no mínimo, omisso quando não agiu para sepultar ações que deveriam ter sido feitas, como o próprio Poder Legislativo que, com o orçamento secreto e etc, deixou de colocar o impeachment para ser votado e várias CPIs que poderiam ter sido feitas contra o Bolsonaro. Então, o Alexandre Moraes e o Supremo tiveram, vamos dizer assim, que ter um protagonismo maior diante da omissão de outros poderes. E o fez no sentido da defesa da democracia. Hoje, acho que isso é reconhecido e não fosse isso, tínhamos corrido realmente o risco de as Forças Armadas gostarem da ideia e aplicarem um golpe. Acho que devemos, sim, ao Supremo essa ação enérgica na defesa da democracia no Brasil.

– Quais são os mecanismos que a CPI pode ter para realizar a investigação? Já existe uma estratégia com relação a qual caminho seguir?

– Nossa estratégia é seguir os passos do que já foi apurado. Estamos com uma CPI em que grande parte já foi feita por ação, já temos cerca de 800 réus que fizeram depredação aqui em Brasília, todos bolsonaristas. Não foi encontrado um infiltrado. Então, a tese do infiltramento já era. Essa [tese] eles não têm condições de defender. Há 800 pessoas que são réus e todas bolsonaristas. A PF tem em relação a esses réus muito mais elementos que já foram colocados. E já tem também em andamento o processo dos financiadores. Eles já têm elementos para isso e que a CPI terá que utilizá-los. E há um processo contra o próprio Bolsonaro, aberto pela PGR. Uma das poucas coisas

que o procurador-geral da República fez. Não foi o [Augusto] Aras, mas outros fizeram e abriram o processo para ver de quem é a responsabilidade intelectual da tentativa de golpe.

Diria que a nossa estratégia, portanto, é seguir os passos do que foi feito, em especial pelo Supremo, pela Polícia Federal e até pelo Ministério Público. E temos também a CPI de Brasília, que é aqui com os deputados distritais, que também ouviram várias pessoas, alguns depoimentos importantes, outros não, mas todos consolidam a tese da tentativa de golpe. Então, acho que esse vai ser o nosso caminho. Temos mais poderes que podem também ajudar: quebra de sigilo fiscal, bancário e telemático de várias dessas pessoas: o general Heleno, general Braga Neto, o próprio Bolsonaro, Michelle Bolsonaro, os que estão envolvidos nisso podem ter sigilos quebrados pela Comissão Parlamentar de Inquérito, que pode ajudar também no processo investigativo da Polícia Federal e do Supremo Tribunal.

Temos poderes importantes nesse aspecto e também do ponto de vista de dar à sociedade uma visão completa do que aconteceu. Não podemos chegar ao final desse período histórico depois da tentativa de golpe, como os Estados Unidos chegaram hoje. O [Donald] Trump está lá, livre, leve e solto, com alguns processos contra ele e outras coisas. Agora, recentemente, o Trump deu uma declaração absurda dizendo que o que aconteceu no Capitólio foi espetacular, que foi um processo de demonstração de vigor da democracia dos Estados Unidos, que estavam contestando o resultado eleitoral que tinha sido fraudado. Ou seja, o sujeito tentou um golpe, se voltou contra o processo democrático, denunciou fraudes eleitorais que não existiam nos Estados Unidos

e agora, no final do processo, ele quer sair de herói, enaltecendo o processo golpista que ele na época incentivou.

Você imagina se nós não colocarmos o Bolsonaro na cadeia e se essa CPI não colocar no relatório que ele foi o culpado por isso? Ele vai voltar daqui a quatro anos exatamente com o mesmo discurso de golpe, atentando contra a democracia. Então, às vezes me pergunto será que não sai como mártir? Acho que ele não pode sair é como inocente nessa histó-

SE NÃO COLOCARMOS O BOLSONARO NA CADEIA ELE VAI VOLTAR DAQUI A QUATRO ANOS EXATAMENTE COM O MESMO DISCURSO GOLPISTA

ria porque ele não foi. Acho que esse é um trabalho que temos que fazer, não só a CPMI, mas em especial o Supremo e a Justiça brasileira como um todo.

– **O senhor citou o Trump, o Bolsonaro se inspira no Trump, mas o Trump no processo eleitoral americano nunca foi acusado de fraudar o processo eleitoral. O Bolsonaro usou desbragadamente a máquina pública. Caco Barcelos, na Globo, logo depois da eleição,**

mostrou que Bolsonaro usou os programas sociais para captação de sufrágio. Se o Bolsonaro não se tornar inelegível, pela quantidade de crimes que cometeu no processo eleitoral, seria uma espécie de desmoralização para o Judiciário, não acha?

– Com certeza. Outro aspecto que você colocou muito bem é o aspecto eleitoral, o aspecto do TSE e das urnas eletrônicas, porque se Bolsonaro não ficar inelegível, então aquilo que ele disse era a verdade. As urnas não são confiáveis, o processo democrático não é confiável. O que ele fez lá com os embaixadores falando que a nossa democracia era falha, que o voto não valia nada. Se não for punido por isso é evidente que a nossa democracia, o TSE, estará desmoralizado. Acho que tem os dois lados. Aquilo que eu disse, do ponto de vista do atentado contra a democracia, do autoritarismo, o fortalecimento do neofascismo de um lado e, do outro, o aspecto eleitoral que é a desmoralização das instituições de voto no Brasil, incluindo as urnas eletrônicas. Ele não pode, além de tudo, permanecer elegível. A elegibilidade dele seria uma vergonha e uma desmoralização das instituições democráticas das eleições no Brasil.

– **Existe uma questão que é próxima de tudo isso que é o PL das Fake News. Qual é a importância de se regular as plataformas digitais nesse momento tendo em vista tudo o que aconteceu e ainda acontece?**

– Muito importante. O [José] Guimarães pediu que eu, como vice-líder, acompanhasse esse debate entre o relator Orlando [Silva] e também as posições do governo. E chegamos ali a um relatório bem avançado. Claro que dentro das possibilidades do que é o Congresso. E vocês têm acompanha-

do as dificuldades da aprovação. De um lado, temos os bolsonaristas que fazem da internet “terra de ninguém” e junto com as plataformas que acham que o lucro está acima de tudo e tudo pode ser feito. Partimos de outro pressuposto, de que o que é crime na vida real é também na vida virtual, então precisa de regulação. Os bolsonaristas não querem que se regule nada do ponto de vista de processo democrático. Eles proclamam uma falsa liberdade individual onde o indivíduo se sobrepõe ao coletivo. Mas isso não é democracia. Tudo tem regulação no processo de sociedade, quando se vive em sociedade. A humanidade tem que ter regulação para ter convivência. Então, cito o exemplo simples: quem gosta de um bom queijo mineiro, para ser produzido tem lá as suas regras sanitárias. E para se vender o queijo, idem. Ninguém pode sair no meio da rua vendendo queijo estragado. Isto é regulação. Se você está dentro de um bairro, de moradias e tem ali um restaurante, você pode tocar música ao vivo numa determinada altura, até às vinte e duas horas, depois não pode mais propalar aquele som, propagar aquele som altíssimo num bairro de moradia. Então, ali tem uma regulação.

– A regulação é uma necessidade.

– Ora, se as coisas mais simples têm regulação, vender um cachorro quente, por que as plataformas não têm que ser reguladas? Elas que vão envolver milhões e milhões de pessoas no Brasil e pelo mundo afora e bilhões e bilhões de recursos no Brasil e trilhões de recursos pelo mundo afora? Por que essas plataformas não têm que ser reguladas? Lá vale tudo? Esta regulação é necessária e esse é um debate que está tendo no mundo todo. A Europa, os principais países já

discutem a regulação, muitos já têm e a própria União Europeia fez essa discussão no parlamento e fez orientações, restrições e normas. Isso foi discutido inclusive com as plataformas. Agora, aqui no Brasil não querem sequer fazer um debate do que pode ou não pode ser feito. Então, estamos trabalhando numa regulação que não tem nada de censura. Ninguém, por postar alguma coisa, é censurado. Ninguém. Então, o usuário do serviço da internet não está sujeito a

NO BRASIL, AS BIG TECHS NÃO QUEREM SEQUER FAZER UM DEBATE DO QUE PODE OU NÃO PODE SER FEITO. ESTAMOS TRABALHANDO NA REGULAÇÃO

nada, ser retirado por causa de censura. A plataforma, se propagar assuntos que são crimes, e nós vamos listar os principais, aí sim, e se negar a retirar, vai ter punição. Por exemplo, violência nas escolas para crianças e adolescentes ou ainda mutilações de menores, incentivo a suicídio. Quem propagar isso na internet e for instada a retirar por ser crime e não o fizer, vai ganhar multa podendo até ser fechada se não respeitar a legislação.

A mesma coisa em relação a

discursos de ódio e de racismo, preconceito de gênero, com relação à saúde pública, ficar dizendo que vacina causa Aids, incentivar a não vacinar no período de pandemia... Ora, essa plataforma não pode continuar fazendo isso ou propagar discurso de ódio e atentar contra o sistema democrático, golpe militar, a intervenção das Forças Armadas... Isso tem que ser retirado. É nesse sentido que estamos fazendo a regulação e muito dela através de auto-regulação, as próprias plataformas participam do processo, daquilo que deve ser feito e retirado. E o indivíduo que utiliza a internet, vai ter também o direito de fazer sua defesa. Se a plataforma não retornar e começar a fazer censura, também será multada. Então, há aí a defesa também do direito de dar suas opiniões. O projeto de lei é, nesse sentido, muito correto. A aprovação aqui cria dificuldades. E para os bolsonaristas. Esses querem fazer dali “terra de ninguém”, publicar o ódio, a violência, etc. E as plataformas ganham dinheiro com isso. Colocamos um ponto importante: se está recebendo para divulgar notícias de compartilhamento é também responsável por aquele conteúdo e será punida.

Não há nada contra a crença religiosa no projeto, nada disso. Mas disseminaram isso por uma parte de pastores, deputados evangélicos se proclamarem contra, sem razão. Já discutimos com a bancada evangélica. Mas estamos esperançosos e querendo muito que isso volte à votação e que a gente consiga fazer a regulação da internet. Isso é bom para a democracia, para o sistema eleitoral brasileiro também e para segurança de quem quer usar a internet. Não dá para a gente deixar nossos filhos, netos, a juventude, sem uma defesa, sem regulação. É uma discussão mundial. •



ENFIM, O CONTROLE SOBRE A PETROBRÁS

Depois de sete anos do golpe que apeou Dilma da Presidência da República e submeteu a política de energia do Brasil a interesses privados e estrangeiros, o Brasil volta a ter uma política soberana para as tarifas dos combustíveis. A Petrobrás anunciou o fim da paridade internacional para definição da política de preços de gasolina, diesel e gás de cozinha. “Mais do que um compromisso assumido na campanha, uma vitória do povo”, diz Lula

A notícia surpreendeu o mercado e chacoalhou o Brasil. Depois de sete anos da derubada do governo do PT conduzido pela presidenta Dilma Rousseff, em 2016, finalmente chega ao fim a política de preço de paridade internacional (PPI) adotada pela Petrobrás durante o governo de Michel Temer.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva comemorou: “Mais do que um compromisso assumido na campanha, uma vitória do povo. Estamos abasileirando o preço da gasolina e do gás de cozinha. E isso é só o começo. Vamos investir na indústria e geração de empregos no país. O Brasil já está voltando a sorrir”.

De fato, na terça-feira, 14, a Petrobrás anunciou a adoção de um novo modelo para definir seus preços. As primeiras quedas nos preços do diesel, da gasolina e do gás de cozinha foram divulgadas. Mas, apesar da medida, que é correta e beneficia a maioria do

povo brasileiro, o mercado financeiro e seus porta-vozes na mídia corporativa criticaram o fim da política que atrelava o preço dos combustíveis às cotações do petróleo no mercado internacional.

**LULA: “É UMA
VITÓRIA DO POVO
BRASILEIRO.
ESTAMOS
ABRASILEIRANDO
O PREÇO DA
GASOLINA E DO GÁS
DE COZINHA. E ISSO
É SÓ O COMEÇO”**

Os resultados da guinada na política de preços da Petrobrás, que deixa de estar subordinada aos humores do preço do petróleo no mercado estrangeiro, foram sentidos imediatamente no bolso da população. O preço da gasolina nas refinarias da estatal caiu 12,6%, a partir da quarta-feira, o que corresponde a R\$ 0,40 por litro. O preço do diesel foi reduzido em 12,8%, ou R\$ 0,44 por litro. Já o valor do gás de cozinha, item essencial para a maioria das famílias brasileiras, vai despencar ainda mais, 21,3%, o equivalente a R\$ 8,97 por botijão de 13 quilos. O reajuste deve inclusive empurrar o preço do botijão para menos de R\$ 100 em alguns estados.

A nova diretoria da Petrobrás será responsável pela nova orientação. O presidente da estatal, o ex-senador Jean Paul Prates (PT-RN), informou que a petroleira passará a praticar valores que forem os mais favoráveis para a empresa e para seus clientes, ao mesmo tempo que evitará volati-



GOL DE PLACA O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e o presidente da Petrobrás, Jean Paul Prates, anunciam em Brasília o fim da PPI e anunciam a redução no valor dos combustíveis, cumprindo promessa de campanha

lidades externas aos consumidores, sem se desgarrar da referência do mercado global.

No governo anterior, os preços dos combustíveis explodiram no país a partir de 2020, contribuindo para a disparada da inflação e afetando todos os brasileiros porque, junto com os combustíveis, vários outros produtos subiram de preço. Em 2022, o preço do litro da gasolina chegou a R\$ 8. Isso tudo aconteceu pelo desmonte da Petrobrás, que vendeu refinarias e passou a importar petróleo refinado, no mais escandaloso crime contra o interesse nacional.

Desde 2016, com base no PPI, os preços dos combustíveis praticados no país se vinculavam aos valores no mercado internacional tendo como referência o preço do barril de petróleo tipo Brent, que é calculado em dólar. O novo modelo continua a considerar o mercado externo, mas também preços regionais e o perfil dos clientes.

“Hoje eu estou particularmente feliz e acho que o povo brasileiro também vai ficar, porque o

ministro de Minas e Energia e o presidente da Petrobrás acabaram de anunciar a redução da gasolina e do óleo diesel em mais de 12% e a redução do gás de cozinha em 21,3%”, disse. “Aguardem porque agora, em

final de maio e início de junho, nós temos muitos investimentos em infraestrutura, em educação e em outras áreas para anunciar. Vamos criar muitos empregos com carteira assinada neste país”.

Com Temer e Bolsonaro, a Petrobrás ficou à deriva do que era estabelecido pelos grandes produtores de petróleo, mesmo com o Brasil tendo uma produção recorde que poderia dar conta do mercado interno. O que aconteceu depois do Golpe de 2016 é que os preços passaram a seguir a tendência do mercado internacional.

Depois da queda de Dilma, a Petrobrás não tinha autonomia para contrabalancear as grandes variações nos preços dos combustíveis no exterior e deixou de evitar as fortes repercussões no Brasil. Com esse modelo, a Petrobrás alcançou recordes de lucros e distribuição de dividendos.

Os resultados do segundo semestre de 2022, por exemplo, permitiram um repasse histórico aos acionistas de R\$ 87,8 bilhões. Mas a maioria do povo brasileiro

**DEPOIS DA QUEDA
DE DILMA, A
PETROBRÁS NÃO
TINHA AUTONOMIA
PARA DEFINIR SEUS
PREÇOS E
ESTAVA SUJEITA
ÀS VARIAÇÕES
DO EXTERIOR**

ficou relegada a segundo plano, com os preços do diesel, gasolina e gás de cozinha disparando, sem qualquer tipo de compromisso da Petrobrás com o interesse público. Isso agora é passado.

A mudança dessa política foi uma promessa feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a campanha eleitoral no ano passado. Desde que tomou posse em janeiro, ele defendeu a necessidade de “abrasileirar” o preço dos combustíveis e disse não via qualquer razão para que o Brasil ficasse submetido ao PPI. Em março, o presidente criticou o valor de distribuição dos dividendos da Petrobrás e cobrou que o lucro da estatal fosse revertido em investimentos pelo país.

No novo modelo, a Petrobrás não deixa de levar em conta o mercado internacional, mas o fará com base em outras referências para cálculo. Além disso, serão incorporadas referências do mercado interno. A proposta sinaliza um esforço de mediação entre os interesses dos acionistas e o papel social da estatal defendido pelo governo, voltado para atender a expectativa do consumidor brasileiro por valores mais baixos.

A estatal anunciou que o novo modelo vai considerar o “custo alternativo do cliente” e o “valor marginal para a Petrobras”. O custo alternativo para o cliente é estabelecido a partir das alternativas que o consumidor tem no mercado, sendo observados os preços praticados por outros fornecedores que ofereçam os mesmos produtos ou similares.

Já o valor marginal para a Petrobrás considera as melhores condições obtidas pela empresa para a produção, importação e exportação de combustíveis. Segundo a estatal, esse modelo vai permitir ainda que ela seja mais competitiva em cada mercado e região, aplicando valores alinhados às especificidades locais. •



DESMONTE Desde 2016, a Petrobrás foi alvo de uma política de desmanche. A petroleira deixou de atender o país para servir a interesses privados

REVISÃO DO PPI ERA 'URGENTE E NECESSÁRIA', DIZ O INEEP

Nova política de preços deve amortecer a volatilidade no mercado interno e reduzir a pressão inflacionária. Modelo anterior levou à explosão dos preços

O fim da política de preço de paridade de importação (PPI) coloca um término à aventura idealizada na esteira do Golpe de 2016, que levou à queda da presidenta Dilma Rousseff e tirou do país o controle sobre os preços dos combustíveis, mesmo sendo uma nação com grande capacidade de produção de petróleo. Este era um dos objetivos do golpe e que nortearam a própria aventura do impeachment.

A empresa estatal instituiu o PPI em outubro de 2016, logo após o Senado Federal confirmar o afastamento em definitivo de Dilma do poder, mesmo sem provas de que ela tivesse cometido crime de responsabilidade. De lá para cá, foram quase sete anos em que a maior empresa brasileira deixou de servir aos interesses da sociedade, priorizando o lucro dos acionistas.

Nesse período, a Petrobrás se

transformou numa das maiores pagadoras de dividendos do mundo, enquanto a população teve que arcar com altas exorbitantes nos preços dos combustíveis. Pior. Entregou ativos e se desfez de subsidiárias e comprometeu o próprio modelo de negócios, jogando o país num abismo.

De acordo com o presidente da Petrobrás, Jean Paul Prates, a nova política de preços da estatal encerra a subordinação obrigatória ao preço de paridade de importação, mantendo o alinhamento aos preços competitivos por polo de venda, tendo em vista a melhor alternativa acessível ao povo.

A nova política de preços da estatal vai considerar a participação da companhia e o preço competitivo em cada mercado e região, a otimização dos ativos de refino e a rentabilidade de maneira sustentável, garantindo muito eficiência e competitividade. Agora, a formação de preços vai

buscar evitar o repasse da volatilidade conjuntural do mercado internacional e da taxa de câmbio, ao passo que preservamos um ambiente competitivo nos termos da legislação vigente.

Para o Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep), a revisão da política de preços da Petrobras era “urgente e necessária”. “Pilar da estratégia de negócios vigentes na Petrobras desde 2016, o preço de paridade de importação (PPI) não só permitiu ganhos extraordinários para os acionistas da companhia nos últimos anos como resultou na explosão dos preços dos combustíveis no mercado nacional, penalizando, sobretudo, os consumidores brasileiros”, aponta o Ineep.

O instituto classificou o fim do PPI e a nova política de preços como a “primeira grande marca” da atual gestão da Petrobrás. “Os custos de produção e as condições de mercado passarão a ser parâmetros para além do PPI. A companhia passa a não ter obrigação de acompanhar o preço de paridade de importação (PPI) tão de perto. Portanto, o PPI deixa de ser mandatário para seguir apenas como uma das referências a serem consideradas. Não sai de cena, mas muda de papel”, aponta.

Em 2022, a Petrobrás distribuiu R\$ 217 bilhões em dividendos. No ano anterior, foram R\$ 101,3 bilhões entregues aos acionistas. Os lucros exorbitantes decorreram da elevação do preço do petróleo no mercado internacional. Primeiramente, a alta se deu em função da reabertura gradual das economias, após as restrições impostas pela pandemia de covid-19. Já no início do ano passado, os preços explodiram, em função da guerra na Ucrânia e dos embargos dos Estados Unidos e aliados europeus à indústria de petróleo russa.

Assim, conforme cálculos do

Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos (Dieese/subseção FUP), com base em dados da Petrobrás, desde a vigência do PPI até agora, o preço do botijão de gás de cozinha de 13 quilos (GLP), na refinaria – produto mais demandado pela população de baixa renda –, variou 223,8%, registrando 34 altas e 14 baixas. Enquanto isso, o barril do petróleo (em R\$) subiu 61,9% no período e a inflação medida pelo IPCA/IBGE acumulou 36,6%. No mesmo período, a gasolina variou 112,7%, e o diesel, 121,5%, segundo cálculos do Dieese/subseção FUP.

Para o economista Rubens Sawaya, professor do Departamento de Economia e da Pós-graduação em Economia Política da PUC-SP, a nova política de preços da Petrobras é bem-vinda. Isso porque a alta da inflação nos últimos anos esteve quase que exclusivamente relacionada ao PPI, que repassava as variações do preço do petróleo no mercado internacional. Não houve, nem há agora, aumento dos preços por conta da ampliação de demanda do mercado interno.

“Tirar essa pressão dos preços dos combustíveis é muito bem-vinda, inclusive para pressionar o BC a baixar as taxas de juros”, comenta o economista. “Porque não há nenhum motivo para manter essas taxas de juros enormes. Já não havia antes, porque essa inflação não tem nada a ver com demanda. Agora, mais ainda, porque os preços dos combustíveis vão cair”.

Nesse sentido, o economista também afirmou que a farra dos dividendos em consequência do PPI foi como se a Petrobrás “tivesse sido roubada”. “Nenhuma empresa privada distribui o volume de dividendos que a Petrobrás distribuiu, se descapitalizando e tirando dinheiro dos seus investimentos necessários”, aponta. •

Rede Brasil Atual

DESMONTE CRIMINOSO

A Petrobrás é uma empresa brasileira – a maior e mais importante companhia genuinamente nacional – criada há 70 anos no governo Getúlio Vargas, nascida das lutas populares e com o compromisso de militares, cientistas e homens do Estado brasileiro.

Desde então, a empresa vinha cumprindo sua missão. Ao longo de sete décadas, construiu o maior parque de refino da América Latina, desenvolveu a indústria nacional, tornou o Brasil autossuficiente e descobriu o pré-sal.

Vale lembrar que, em 2016, a Petrobrás era a maior produtora de petróleo da América Latina, superando Venezuela e México. Com isso, o valor da empresa saltou de R\$ 54 bilhões em 2002 para R\$ 210 bilhões naquele ano.

A estatal está hoje entre as 10 maiores petroleiras do planeta, a maioria delas estatais controladas por suas nações. Vender a Petrobrás, como queria Bolsonaro, portanto, nunca foi um bom negócio.

Desde janeiro de 2019, a política de desinvestimento implantada pelo Planalto colocou à venda a rede de gasoduto da empresa no Nordeste, por R\$ 33,5 bilhões, e o controle da BR Distribuidora por R\$ 8,6 bilhões. O próximo passo foi a venda de oito refinarias por R\$ 60 bilhões.

Bolsonaro lesou o povo ao querer tirar o controle da política energética do país das mãos da União. A Petrobrás perdeu receita com a venda de ativos.

Isso foi um erro estratégico. O governo colocou à venda ativos por R\$ 130 bilhões. É pouco. Entre 2009 e 2014, durante os governos Lula e Dilma foram investidos US\$ 250 bilhões na Petrobrás. •

NOTÍCIAS (BOAS) DO BRASIL

O abasileiramento dos preços dos combustíveis significa que os custos internos em reais serão computados nas planilhas da Petrobrás, que dolarizava tudo. O povo brasileiro ganha em reais

Zeca Dirceu

Acada dia, acumulamos boas notícias para o povo brasileiro.

Na última semana, a principal foi o cum-

primento de promessa de campanha do presidente Lula: o fim da política de Preço de Paridade de Importação (PPI) do petróleo e combustíveis derivados, adotada há seis anos, desde o golpe contra a presidenta Dilma. O abasileiramento dos preços significa que os custos internos em reais serão computados nas planilhas da Petrobrás, que até há pouco dolarizava tudo. O povo brasileiro ganha em reais, não em dólar.

É o resgate da nacionalidade, pois a principal empresa do país, criada com o sangue e suor dos brasileiros, passa a se guiar pelos interesses nacionais, embora continue a garantir a rentabilidade para remunerar os acionistas. Com a mudança, haverá redução de R\$ 0,44 no preço do diesel, de R\$ 0,40 no da gasolina e de R\$ 15 no do botijão de gás. Toda a população e os setores produtivos se beneficiarão. Até há pouco, a política antinacional da empresa privilegiava os acionistas, especialmente os estrangeiros, com dividendos bilionários - os maiores do planeta - sustentados pelo povo brasileiro.



Essa mudança – construída com diálogo e transparência, inclusive com os acionistas, num processo que garantiu até a valorização das ações da Petrobras – vai impulsionar o desenvolvimento do país, juntamente com outras

medidas em curso, como o novo marco fiscal do país. A Câmara já aprovou a urgência da votação do projeto sobre o novo regime fiscal, que vai substituir o famigerado teto de gastos, utilizado nos últimos seis anos e que só trouxe prejuízos ao Brasil.

Com o novo regime fiscal sustentável, haverá superávit e equilíbrio nas contas públicas, marca dos dois primeiros mandatos de Lula, mas também condições para impulsionar a geração de empregos e renda. A estabilidade e a previsibilidade são importantes para os agentes econômicos e para a realização de investimentos produtivos. Outra vantagem é que o novo regime vai obrigar o Banco Central a reduzir a escorchantes taxa de juros de 13,75% ao ano, a mais alta do mundo e o principal obstáculo, hoje, ao crescimento econômico no Brasil.

A despeito do superávit que o novo marco fiscal estabelece, haverá a necessária flexibilidade para os gastos sociais e o reajuste do salário mínimo acima da inflação. A política de

valorização do salário mínimo é inegociável. Depois de seis anos de arrocho, o povo brasileiro vai voltar a ter poder de compra, com um salário digno que garanta o pagamento de suas contas e condições dignas de sobrevivência.

Os sinais de crescimento econômico e de retomada do otimismo da população são cada vez mais evidentes. E o povo percebe os avanços, como o novo Bolsa Família – com valor médio recebido por família de R\$ 670,49, o maior já registrado na história do programa –, que já está movimentando a economia brasileira. O Minha Casa, Minha Vida voltou a ser um programa robusto, trazendo a expectativa da casa própria para milhões de famílias. O orçamento da educação, área que voltou a ser o centro das prioridades, foi ampliado em R\$ 12 bilhões, garantindo os reajustes das bolsas e a retomada de obras abandonadas pelo último governo, como creches e escolas.

O Brasil volta ao seu devido lugar no mundo, como exemplo de inclusão social, de respeito aos direitos sociais e ambientais e de combate à fome e à miséria. A população constata – é o que mostram as pesquisas de opinião – que o governo do presidente Lula está no rumo certo, para o Brasil ser feliz de novo. •

* Deputado federal pelo Paraná é líder da bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados



A CRIMINOSA VENDA DA ELETROBRÁS

Lula volta à carga na crítica à privatização da holding e, na Câmara, frente parlamentar quer reestatizar a empresa de energia. “Sem energia, a gente não consegue avançar no desenvolvimento nacional”, diz o deputado Alencar Santana (PT-SP)

Em junho de 2022, o governo Bolsonaro cometeu um crime de lesa-pátria ao privatizar a Eletrobrás por R\$ 33,7 bilhões, abrindo mão do controle acionário da União na companhia. É a maior empresa de energia elétrica da América Latina, responsável por 28% do parque de geração do Brasil e dona de 73,6 mil quilômetros de linhas de transmissão, o equivalente a 40% do sistema brasileiro.

A relevância da Eletrobras para o sistema nacional de energia elétrica do país e a necessidade de retomada da sua gestão para que o Brasil se desenvolva e cresça estão no centro do debate econômico nacional. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a criticar a venda da empresa, apontando que o Brasil abriu mão da estatal, que é um dos principais instrumentos para o desenvolvimento do país.

“Agora veja a sacanagem. (...) O governo tem 43% das ações [Eletrobras], mas no conselho só tem direito a um voto. Os nossos quarenta [por cento] só valem um [voto]. Quem tem 3% tem o mesmo direito do governo. Entramos na Justiça para que o governo

tenha a quantidade de votos para a quantidade de ações que ele tem”, disse Lula. Na semana passada, a Advocacia Geral da União recorreu ao Supremo Tribunal Federal para questionar pontos da privatização. O caso está na mão do ministro Nunes Marques.

Na Câmara, parlamentares estão se mobilizando para reverter a venda da holding. O presidente da Frente Parlamentar Mista pela Reestatização da Eletrobras, deputado federal Alencar Santana (PT-SP) aponta que a privatização da empresa, feita a toque de caixa no último ano, foi “um verdadeiro acinte à Constituição”.

“Não dá para o Brasil abrir mão da sua gestão da energia elétrica, aliás como um todo. Energia significa desenvolvimento, crescimento. Precisamos de mais energia para suportar o crescimento, com uma demanda imensa”, disse. “Sem energia, a gente não consegue avançar e por isso é tão importante a União e o Estado brasileiro ter influência na gestão, ditar as normas, regras e a política principalmente do setor elétrica através da Eletrobras”.

No ano passado, durante audiência no Tribunal de Contas da União, o relator do processo, ministro Vital do Rêgo disse que o valor de venda da companhia havia sido subavaliado. O governo estimava receber R\$ 67 bilhões. O TCU diz que o valor correto seria ao menos R\$ 140 bilhões. Mas Bolsonaro montou operação de venda por R\$ 36 bilhões. Para Lula, o dinheiro serviu para pagar juros da dívida.

“Para que o governo anterior queria o dinheiro? Queria levar o dinheiro para levar para o Tesouro da dívida interna dele, ou seja, vendeu uma estatal para pagar juros. Hoje, nós não temos uma estatal e ainda estamos devendo muito. O governo tem 43% das ações. Mas, no conselho de administração, só tem direito a um voto.

Os nossos 40 só valem um. Quem tem 3%, tem o mesmo direito do governo. Então, nós entramos na Justiça para que o governo tenha a quantidade de votos de acordo com a quantidade de ações que a gente tem”, justificou Lula.

Segundo Alencar, a frente parlamentar quer ampliar o debate na sociedade brasileira sobre a retomada do controle acionário da Eletrobras pelo governo federal e assim garantir a segurança energética ao povo brasileiro. “Toda empresa privada, ela almeja tão somente o lucro. Ela não quer levar energia para uma comunidade pequena como o presidente Lula já levou, como o Luz para Todos, sem a iniciativa privada cobrar um

R\$ 140 BI

foi o valor que o TCU avaliou no valor de venda das ações da Eletrobras. O governo Bolsonaro abriu mão do controle acionário por R\$ 36 bilhões

custo alto, nos postos, nas linhas de transmissão e o próprio custo da energia elétrica”, destacou.

“Diferentemente de uma companhia pública, que tem o dever de fornecer energia a todos a preços bem mais módicos. Então, eles aumentaram o salário dos acionistas para mais de R\$ 300 mil [para uma] reunião de conselheiros; quer dizer, fizeram inúmeros aumentos”, criticou. “Onde vão compensar tudo isso? No aumento da energia elétrica, no custo da energia elétrica que o brasileiro paga. Por isso, nós queremos que a Eletrobras seja reestatizada”.

O setor elétrico é considerado estratégico para o Brasil. A privatização trouxe riscos à segurança

energética e soberania nacional. Para o governo Lula, dilapidar o patrimônio público nacional e entregá-lo à iniciativa privada retrocede o país a um passado de mais de três décadas. Além disso, o Brasil vai na contramão do restante do mundo. Diversos países voltaram atrás em relação à privatização de suas estatais como a Austrália, Estados Unidos e a Alemanha, que por uma questão de segurança nacional, impedem investimentos estrangeiros no setor de energia.

O Canadá e a Noruega mantêm importantes ativos energéticos nas mãos do Estado. Nos países europeus, a distribuição de energia é em geral estatal e com capital nacional. Na França, o estado detém 84% das ações da empresa EDF. Na Itália, é proibido a um investidor individual deter mais de 3% do capital total de uma empresa de energia. Cabe ao governo responder a todas as lacunas e contradições deste que é, para as grandes corporações, um grande negócio.

A AGU ajuizou uma ação em 5 de maio no STF pedindo aos ministros que dêem maior poder de voto à União na Eletrobras, uma vez que ela é a acionista majoritária. Com Lula, a União se insurgiu contra dispositivos da Lei de Desestatização da Eletrobras que limitaram o poder de voto dos acionistas majoritários, fortalecendo, assim, os acionistas minoritários da empresa.

O objetivo da ação é assegurar o direito da União de votar, como acionista da Eletrobras, de forma proporcional à participação que ela detém no capital social da empresa. Mesmo após a privatização, a União possui cerca de 43% das ações ordinárias da companhia – considerado o controle direto e outras formas de participação. Porém, pela lei de desestatização, a União teve seu poder de voto reduzido a menos de 10% do capital votante. •



O COLCHÃO DE SEGURANÇA

Em quatro meses, Lula aumenta reservas internacionais em US\$ 23,3 bilhões. Quando governou o país, de 2003 a 2010, presidente elevou-as de US\$ 16,3 bilhões para US\$ 288,3 bilhões. Com Dilma, país chegou a US\$ 360 bilhões. E Bolsonaro reduziu-as para US\$ 324,7 bilhões. Voltamos à normalidade

Depois de quatro anos de farra irresponsável pelo governo da extrema-direita, o Brasil volta a se recuperar e amplia o seu colchão de reservas cambiais. Na última semana, o Banco Central anunciou que o governo Lula conseguiu aumentar as reservas internacionais em US\$ 23,3 bilhões desde que o presidente assumiu o cargo, em 1º de janeiro de 2023. Isso é sinal de que os investidores acreditam no novo momento brasileiro.

De acordo com dados do Banco Central, desde 31 de dezembro do ano passado foi verificado um crescimento de 7,2% nas reservas internacionais, que somavam US\$ 348 bilhões em 10 de março de 2023. Sob a gestão desastrosa de Paulo Guedes e Jair Bolsonaro, o Brasil sangrou. Em quatro anos, foi constatada uma perda de US\$ 65,8 bilhões em reservas. O Brasil fechou o ano de 2022 com as reservas totalizando US\$ 324,7 bilhões.

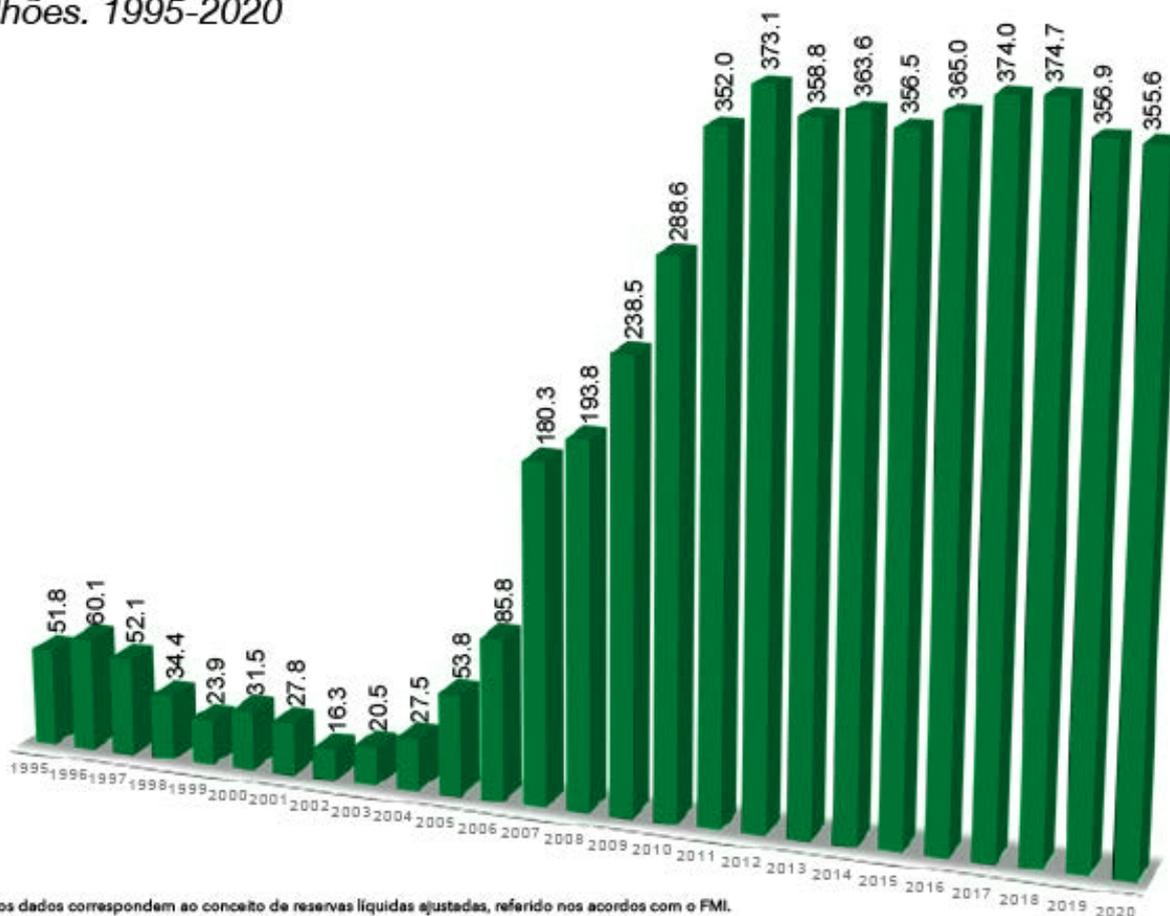
Reserva internacional é o montante que um país tem em moeda

estrangeira. Os valores funcionam como um “seguro” para obrigações no exterior, uma espécie de “colchão de segurança” para o país fazer frente a obrigações no exterior e a choques de natureza externa, como crises cambiais.

O novo governo do presidente Lula repete o que já ocorreu em seus dois mandatos anteriores com relação ao crescimento das reservas internacionais do Brasil. Ao assumir em 2003, as reservas brasileiras somavam apenas US\$ 16,3 bilhões. Isso representava grave

Evolução das reservas internacionais líquidas

Em US\$ bilhões. 1995-2020



Nota: De 1998 até 2005, os dados correspondem ao conceito de reservas líquidas ajustadas, referido nos acordos com o FMI.
Fonte: Banco Central do Brasil. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. "Vinte e Cinco Anos de Economia Brasileira".
Brasília: Centro de Altos Estudos. Brasil Século XXI, maio de 2021.

constrangimento estrutural e fragilizava o país nas crises internacionais, expondo o Brasil à ação especulativa nos mercados financeiros.

Um dos grandes legados dos governos petistas foi ter reduzido significativamente essa vulnerabilidade, ao trocar dívida em dólar por dívidas em reais e, ao mesmo tempo, acumular um grande volume de reservas cambiais. Note-se que entre 2002 e 2015 as reservas cambiais aumentaram mais de 20 vezes, tendo passado de US\$ 16,3 bilhões, para US\$ 368,7 bilhões.

Ao deixar o governo, oito anos depois, Lula legou ao país um total de US\$ 288,6 bilhões. E o Brasil ainda conseguiu fechar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), pagando suas dívidas e, pela primeira vez na história, concedeu um

empréstimo ao organismo internacional.

No ano em que o impeachment foi aprovado, levando ao afastamento da então presidenta Dilma Rousseff, o colchão de reservas cambiais já somava US\$ 360 bilhões – o equivalente ao câmbio de hoje a mais ou menos R\$ 1,7 trilhão.

Desde 2003, ou seja, quando Lula assumiu pela primeira vez, Bolsonaro foi o único presidente que não aumentou as reservas internacionais, quando se compara o primeiro com o último dia de governo de cada um dos mandatários. Em outubro de 2022, quando ocorreram as eleições gerais brasileiras, as reservas caíram para a casa dos US\$ 326 bilhões. Foi o patamar mais baixo em 11 anos.

Com o golpe parlamentar, o Brasil só não voltou a quebrar, nos governos Temer e Bolsona-

ro, por conta das reservas cambiais acumuladas pelos governos do PT. Esse foi o legado dos governos Lula e Dilma.

E é justamente por causa das reservas acumuladas por Lula e Dilma que o Brasil absorveu o impacto cambial da crise mundial 2008/09 – a maior desde os anos 30 do século passado – e atravessou a depressão econômica, sem problemas de escassez de divisas e dificuldades no balanço de pagamentos.

Se não fossem as reservas acumuladas ao longo dos governos do PT, o Brasil teria passado por uma situação ainda mais grave durante a gestão temerária de Paulo Guedes, como condutor da política econômica brasileira. Agora, o Brasil volta a mostrar que tem governo comprometido com o ambiente de negócios, mas também com o bem-estar da população brasileira. •

O DESFILE DA BOIADA NO PALCO DE UMA FARSA

No esforço para atacar os movimentos populares, oposição mira nos sem-terra e arma palco para atrasar a reforma agrária. O relator da CPI do MST é Ricardo Salles (PL-SP), ex-ministro de Bolsonaro investigado por suspeita de contrabando de madeiras

O circo do bolsonarismo está armado. A oposição montou um palco para tentar atrasar a reforma agrária e perseguir o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Na quarta-feira, 18, a bancada ruralista e representantes da extrema-direita instauraram a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o MST. A justificativa é que é necessário investigar alega-

das irregularidades na luta pela reforma agrária. Uma mentira.

Durante a sessão inaugural da comissão, o deputado Luciano Zucco (Republicanos-RS) foi eleito o presidente da CPI. O relator é ninguém menos do que o deputado Ricardo Salles (PL-SP), ex-ministro do Meio Ambiente do governo Bolsonaro. Os discursos dos empossados foram marcados por ataques ao governo Lula, pela defesa do lobby do agro-

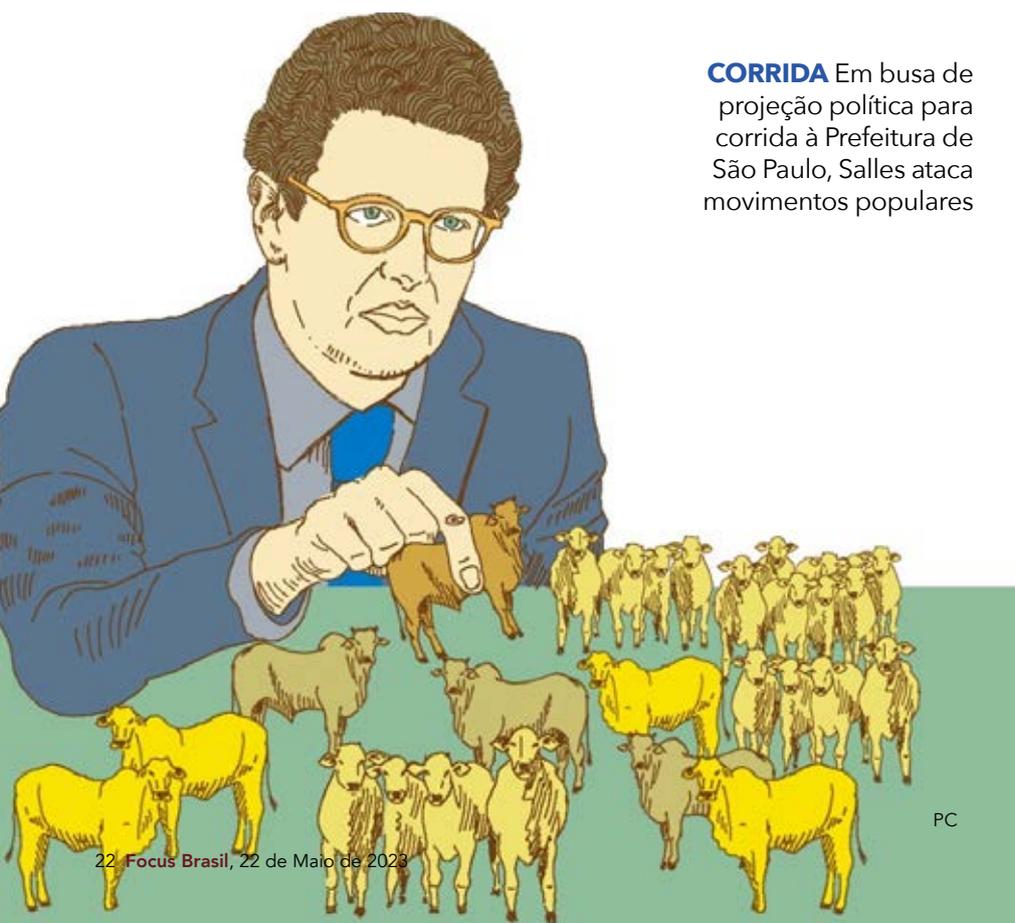
negócio e pela criminalização da atuação do MST.

Tenente-coronel do Exército na reserva, Zucco é apontado pela Polícia Civil e pela Brigada Militar do Rio Grande do Sul como um dos organizadores de atos antidemocráticos de bolsonaristas contra o resultado das eleições de 2022. Ele foi acusado de estar por trás de uma série de ações golpistas iniciadas após a vitória presidencial de Lula, em 30 de outubro, como bloqueios de estradas e ruas e acampamentos no entorno de quartéis.

Já o relator Ricardo Salles era um dos principais lobistas do agronegócio no governo Bolsonaro. Foi dele a célebre frase, dita em uma reunião ministerial, em abril de 2021, de que era hora de “passar a boiada”, quando propôs a flexibilização das normas ambientais e a destruição dos instrumentos de fiscalização do governo, com o enfraquecimento do Ibama e ICMBio.

Os dois têm fama de encrenqueiros e estarão a serviço da agenda bolsonarista. No velho jogo de morte-e-assopra, o próprio ex-presidente Jair Bolsonaro tentou jogar para a plateia de que o PL vai ter comportamento respeitoso. Ele pediu à oposição

CORRIDA Em busca de projeção política para corrida à Prefeitura de São Paulo, Salles ataca movimentos populares



PC

que não vá à CPI do MST ‘para lacrar’, pedindo um “trabalho sério” e “sem viés político” aos integrantes do PL. Difícil acreditar que ele não está fazendo uma cortina de fumaça. Até pelo naipe dos principais nomes indicados pela legenda, declaradamente golpistas. Em novembro, o nome de Zucco, junto com os de outros reconhecidos golpistas, foi enviado ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), responsável pelo inquérito que investiga os atos antidemocráticos.

É na Justiça que a situação para os extremistas de direita está pior. Na última terça, 16, o STF deu início ao julgamento de mais 250 pessoas pelos ataques aos prédios dos Três Poderes da República em 8 de janeiro. O julgamento vai até 22 de maio. O Supremo já colocou no banco dos réus 795 envolvidos.

Se a situação no Judiciário é ruim, no Legislativo não é melhor. Diante do cerco aos golpistas, a oposição está desesperada. Nesta terça-feira, 23, a CPI do Ataque à Democracia será instalada. O PL – a principal legenda do bolsonarismo – tentou manobrar para ter ingerência sobre os rumos dos trabalhos da CPI que vai investigar o envolvimento direto de Jair Bolsonaro e alguns de seus principais auxiliares na tentativa de promover um golpe de estado em 8 de janeiro. O partido está em minoria.

A principal legenda da oposição indicou para integrar a CPI alguns de seus ícones, como Alexandre Ramagem (RJ), ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e aliado próximo do clã Bolsonaro para a CPI. Completam a bancada da extrema-direita André Fernandes (CE) e Filipe Barros (PR). Entre os suplentes estão Eduardo Bolsonaro (SP) e Nikolas Ferreira (MG). No Senado, o partido escalou Magno Malta (ES), Da-



INDICADA Gleisi Hoffmann está entre os nomes indicados para participar da CPI do MST

mares Alves (Republicanos-DF) e Eduardo Girão (Novo-CE).

A base governista no Senado apresentou na quinta, 18, os nomes dos seis titulares e seis suplentes da CPI. O Bloco Resistência Democrática, que apoia o governo Lula, tem maioria na comissão. Foram indicados como titulares Ana Paula Lobato (PSB-MA), Eliziane Gama (PSD-MA), Fabiano Contarato (PT-ES), Rogério Carvalho (PT-SE), Omar Aziz (PSD-AM) e Otto Alencar (PSD-BA). O líder Randolfe Rodrigues (Sem Partido-AP) é suplente.

Diante da falta de espaço para empregar o governo na CPI do Ataque à Democracia, o PL aposta na outra CPI Mista para encurralar a esquerda e os movimentos populares. Daí a escolha de alguns dos seus indicados. O relator da CPI do MST é investigado pela PF por suspeita de integrar uma organização criminosa responsável pelo tráfico de madeiras nobres do Brasil para a Europa e Estados Unidos. Ele também é suspeito de usar o cargo de ministro para dificultar investigações contra

madeireiros que desmatavam a Amazônia. Em maio de 2021, foi alvo de uma operação de busca e apreensão, ordenada pelo ministro Alexandre de Moraes, do por indícios de ocultação de provas.

Além de atacar os movimentos populares e desgastar o governo Lula, Salles pretende utilizar a CPI para se projetar politicamente, interessado em concorrer à Prefeitura de São Paulo.

Durante a reunião de instalação da CPI contra os sem-terra, o deputado Dionilso Marcon (PT-RS), um assentado do MST, questionou o presidente da comissão sobre a escolha do ex-ministro de Bolsonaro para atuar como relator. “Aqui é um palanque eleitoral para quem saiu do governo”, disse. “Quando o senhor apresenta o homem da boiada para ser relator, mostra que essa CPI é só política. O cara [Salles] está sendo investigado e é relator de uma CPI que investiga. Já está desmoralizado”, acrescentou.

O líder do PT na Câmara dos Deputados, Zeca Dirceu (PR), indicou na quarta-feira, 17, os nomes dos oito parlamentares que vão a integrar a CPI do MST: Camila Jara (MS), Gleisi Hoffmann (PR), Dionísio Marcon (RS), João Daniel (SE), Nilto Tatto (SP), Padre João (MG), Paulão dos Santos (AL) e Valmir Assunção (BA).

“O MST é um movimento que tem uma história já bastante consolidada na produção de alimentos, por meio das agroindústrias, cooperativas e outros meios de produção no campo”, destacou o líder. “Não por acaso que, entre outros fatores, o Brasil voltou para o mapa da fome. O nosso trabalho, o trabalho dos parlamentares comprometidos com o país, é mostrar a verdade nesta CPI, mostrar a organização, qualidade e a história do MST e de outros movimentos que possam sofrer qualquer tipo de perseguição”. •



Ed Alves/Montagem

EM CASH Conversas obtidas pela PF indicam que despesas da ex-primeira-dama eram pagas pelo tenente-coronel Mauro Cid

EM DINHEIRO VIVO

Madame Bolsonaro recebeu depósitos em dinheiro vivo do ex-ajudante de ordens Mauro Cid, enrolado em todos os escândalos da família do líder da extrema direita. Agora, a PF quer ouvir Michelle

A cada semana, a Polícia Federal vai abrindo uma picada na selva de falcatruas envolvendo Jair Bolsonaro e sua família. A prática da rachadinha – desvio de recursos para abastecer contas dos Bolsonaros – também envolve a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. A PF apura a existência de um esquema de desvio de recursos e rachadinha no Palácio do Planalto. Foram identificados depósitos em dinheiro vivo para Madame Bolsonaro, realizados pelo ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid. Ele está preso desde 3 de maio por suspeita de articular um esquema de fraude em certificados de vacinação do ex-presidente.

A defesa de Jair e Michelle Bolsonaro negou irregularidades e afirmou, em nota, que tem “abso-

luta convicção que todos os pagamentos referentes ao dia a dia da família eram feitos com recursos próprios”. Mas, as desculpas esfarrapadas dadas por Bolsonaro não convencem ninguém. “Esse dinheiro vivo era usado para pagar serviços pequenos”, tentou explicar. A defesa do ex-presidente afirma que os pagamentos em moeda corrente ocorriam para quitar serviços como manicure, cabeleireiro e padaria.

O UOL revelou os diálogos de Cid com assessoras de Michelle Bolsonaro nos quais ele demonstra preocupação com os pagamentos das despesas da então primeira-dama, porque poderiam resultar em acusações de “rachadinha”, e uma orientação para realizar despesas somente em dinheiro vivo. A Polícia Federal encontrou, em trocas de mensagens por WhatsApp, as imagens de

sete comprovantes de depósitos em dinheiro vivo feitos por Cid, encaminhadas às assessoras da então primeira-dama.

“A análise também identificou seis comprovantes de depósitos para a primeira-dama Michelle Bolsonaro no período de 8/3/2021 até 12/05/2021, realizados por meio de depósitos fracionados em caixas eletrônicos de autoatendimento e um comprovante de depósito em espécie, possivelmente no atendimento presencial. Os comprovantes foram localizados tanto no grupo de WhatsApp da Ajudância de Ordens da Presidência da República, quanto em trocas de mensagens”, aponta a PF.

Os repasses totalizaram R\$ 8.600,00. De acordo com a investigação, os depósitos usavam um método comum nos casos de rachadinha: eram feitos de forma fracionada, em pequenos valores, para impedir o alerta aos órgãos de controle e a identificação de irregularidades.

“Esses depósitos ocorreram predominantemente de forma fracionada, ou seja, o depositante ao invés de utilizar um único envelope com a quantia desejada, fracionou o valor total em dois envelopes distintos, realizando os depósitos de forma sucessiva em curto espaço temporal (minutos)”, diz a investigação.

Também foi encontrada uma transferência bancária de R\$ 5.000, realizada em julho de 2021, feita diretamente da conta de Mauro Cid para a conta de Michelle. Por conta disso, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes autorizou a quebra do sigilo bancário de Mauro Cid e outros servidores que trabalhavam na Ajudância de Ordens da Presidência. A PF busca identificar outras transações suspeitas envolvendo a primeira-dama e o tenente-coronel. •

TSE CASSA DALLAGNOL POR UNANIMIDADE

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu cassar na terça-feira, 16, o mandato do deputado federal Deltan Dallagnol (Podemos-PR), ex-coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato. A execução da decisão do TSE é imediata, mas Deltan pode recorrer à própria Corte Eleitoral e ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Em uma votação relâmpago, os ministros decidiram seguir o voto do relator do caso, Benedito Gonçalves, que argumentou que o ex-procurador tentou “driblar” 15 processos no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que poderiam levar à sua demissão do cargo e, conseqüentemente, deixá-lo inelegível.

As ações foram movidas pela coligação liderada pelo PT no Paraná e pelo PMN. O pedido havia sido negado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR). No voto, o relator afirmou que o pedido de exoneração de Deltan, a um ano das eleições de 2022, “teve o propósito claro e específico de burlar a inelegibilidade”.

O procurador deixou o MPF em novembro de 2021. “A exoneração em 3 de novembro, 11 meses antes das eleições, causou espécie, tanto porque os membros do MP apenas precisam se afastar do cargo faltando seis meses para o pleito”, disse o ministro.

Ex-juiz da Lava Jato, o senador Sérgio Moro (União-PR) lamentou. “Estou estarelecido por ver fora do Parlamento uma voz honesta na política que sempre esteve em busca de melhorias para o povo brasileiro”, disse. •



CADEIA Relator do caso pediu 33 anos de prisão para o ex-presidente

STF CONDENA COLLOR

O ex-presidente da República pode vir a ser preso, acusado de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Maioria da corte já decidiu que ele é culpado

O tempo é o senhor da razão. Esta era a frase estampada em uma das camisetas-slogan que o então jovem presidente Fernando Collor usava em suas corridas a pé por Brasília, no início dos anos 1990. Trinta e um anos depois de seu impeachment, Collor se vê às voltas com novos problemas na Justiça. Ele já tem contra si seis dos 11 votos dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Na quinta-feira, 18, o plenário do STF começou a julgar o ex-presidente e ex-senador pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, em denúncia aberta em 2015. Segundo a acusação, Collor teria recebido R\$ 20 milhões em propinas, entre 2010 e 2014, para facilitar que a BR Distribuidora fechasse contratos com a UTC Engenharia para construção de bases de armazenagem e distribuição de combustíveis.

O relator do caso, ministro Edson Fachin, afirmou que Collor teve “atuação sorradeira” para favorecer a empresa e, na condição de senador, usou do cargo para “articulação de negociações espúrias”.

O único ministro do STF que absolveu até agora o ex-presidente das acusações foi Nunes Marques, indicado para o cargo pelo também ex-presidente Jair Bolsonaro. O relator Fachin propôs pena de prisão de 33 anos, 10 meses e 10 dias. Collor diz que irá recorrer. O julgamento será retomado nesta quarta, 24.

A denúncia também envolvia facilitação para que a BR Distribuidora assumisse a bandeira de postos de gasolina, mas o relator, Edson Fachin, e o revisor da matéria, Alexandre de Moraes, descartaram essa acusação por considerá-la carente de provas.

Intermediários das operações, segundo a denúncia, também foram julgados culpados pelo plenário do STF o empresário Luís Pereira Duarte de Amorim, por lavagem e organização criminosa, e Pedro Paulo Leoni Ramos, ex-secretário de Assuntos Estratégicos no governo Collor. Ele é acusado de organização criminosa e corrupção. Luís Pereira, segundo o relator do caso, fez diversos depósitos em contas de Collor e empresas em nome do ex-presidente. •



SEJA MARGINAL E HEROÍNA. SEJA DEDITIDA

Professora de arte em Goiânia é demitida por usar camiseta com referência à obra do artista plástico Hélio Oiticica, feita em 1968 como forma de protesto. Ela foi denunciada e linchada virtualmente por um deputado bolsonarista

O deputado Gustavo Gayer (PL-GO), representante da extrema-direita bolsonarista, provocou a demissão injusta de uma professora de história da arte em uma escola privada em Goiânia (GO). Gayer usou suas redes sociais para fazer “denúncia” baseada na imagem da camiseta com qual a professora vestiu para dar aula. Na camiseta, estava estam-

pada a imagem de obra do artista plástico Hélio Oiticica que mostra um homem caído no chão e a frase “seja marginal, seja herói”.

“Professora ensinando que ser herói é a mesma coisa que ser marginal. Professora de história com look petista em sala de aula”, acusou o parlamentar, no texto que acompanhava o post. Além de conter erro factual flagrante, pois a obra de Oiticica reproduzida na camiseta é de 1968, portan-

to não poderia ser “petista”, uma vez que a bandeira-poema do artista foi criada exatos 22 anos antes do nascimento do Partido dos Trabalhadores, a interpretação estreita e descontextualizada dos dizeres revela uma enorme ignorância sobre a cultura brasileira.

Artista plástico que atuou nas décadas de 1960 e 1970, Hélio Oiticica tem lugar garantido na historiografia da arte do Brasil e do mundo. Foi pintor, escultor,

mas explorou a performance e outras formas de expressão, dialogando com a arte popular – a partir da relação com a escola de samba Estação Primeira de Mangueira.

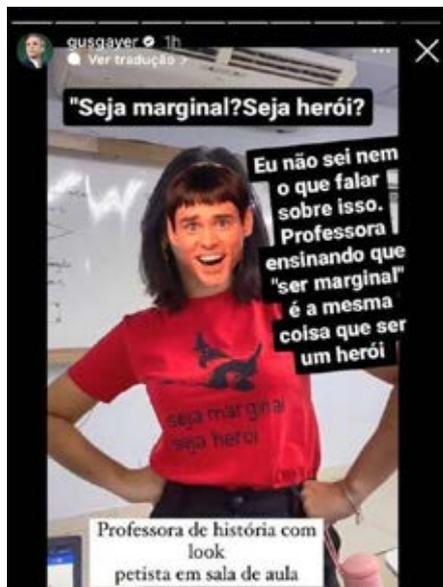
Também teve fortes vínculos com a música brasileira – era amigo dos tropicalistas, que vestiram seus parangolés em apresentações ao vivo e programas de televisão. E, evidentemente, insurgiu-se contra as restrições da censura imposta pela ditadura militar. A bandeira-poema de 1968 compõe uma série de outras obras a qual ele deu o nome de “Marginalia”, refletindo os impasses que a repressão impôs às artes. E refere-se, na verdade, à contracultura e à cultura underground.

Gayer talvez soubesse, talvez não soubesse de nada disso (ainda que basta acionar qualquer mecanismo de pesquisa para descobrir). Bolsonarista daqueles que é chamado de “raiz”, ele se elegeu em 2022 para a Assembleia Legislativa de Goiás batendo na pauta fácil dos costumes.

Muito atuante nas redes sociais desde que era apenas proprietário de uma rede de escolas de inglês em Goiânia, começou a se envolver com política em 2015, aproveitando a brecha que se abriu para a direita antes ainda do Golpe de 2016. Percorreu todo o périplo do político da neodireita: é olavista, conservador, antifeminista, “pró-vida” e apoiador de Jair Bolsonaro.

Na redes, além de vender curso de como virar influencer, Gayer mantém uma plataforma de “denúncias” anônimas (ou não), na qual toda sorte de alarmismo sobre a “doutrinação” de crianças e adolescentes tem guarida. A reportagem de Focus visitou o site na última semana e encontrou depoimentos que desfiavam o cardápio completo da paranoia da direita.

São poucos, felizmente, mas bastante ilustrativos: a julgar



NOTA ZERO A publicação do deputado mostra interpretação estreita e descontextualizada da obra de Oiticica e revela enorme ignorância sobre a cultura nacional

pelos textos exibidos ali, escolas em Goiânia seriam centros de adoradores de Lúcifer, que treinam alunos do ensino fundamental a serem bons comunistas. Nem o PC da Albânia, antes da queda do Muro de Berlim, seria capaz de professores tão devotados à causa.

Por absurdo que soe aos ouvidos de quem está no campo progressista, o fato de que um deputado se utilize da tribuna do parlamento para incentivar e perseguir professores mostra que essa prática tem eco. Três dias depois que Gayer postou a imagem nas redes, a professora foi demitida. A justificativa da demissão do Colégio Expressão, em Aparecida, seria o fato que “a escola poderia ter prejuízos financeiros caso não a mandasse embora”.

Após a demissão, a pedagoga decidiu mover uma ação por danos morais contra o parlamentar, na qual pede indenização de R\$ 30 mil. Em entrevista ao UOL, o advogado da professora, Alexandre Amui, atribui a responsabilidade ao deputado pelos danos que sua cliente e a escola estão sofrendo nas redes.

“A professora foi demitida em virtude da perseguição praticada contra ela e contra a escola. Além disso, estamos pedindo que o deputado exclua todos os vídeos e não volte a postar conteúdo que mencione a professora”, disse.

Em entrevista exclusiva para o site Ponte Jornalismo, a docente, que pediu para que seu nome não fosse publicado por conta das ameaças que vem sofrendo, afirmou: “Muitas pessoas estão me acusando de ser uma ‘doutrinadora’, de ‘promover ações a favor da bandagem’. Eu já li, acho que umas quinze vezes, que meu ‘CPF tem que ser cancelado’ [eufemismo muito usado nas redes que significa que a pessoa deve ser morta]. (...) E então penso: onde está o erro de uma professora de arte ensinar arte?”

Ela prossegue: “Consegui trancar minhas redes sociais a tempo, mas não pararam de mandar as mensagens nas redes sociais da escola. E grande parte das ofensas estão lá. Os apoiadores [do deputado Gayer] pressionam a escola para que tomem uma providência contra ‘essa professora que está desvirtuando seus estudantes’”.

Por fim, a professora de arte relata sua reação ao fato de a instituição de ensino ter tomado o lado do agressor: “Eu fiquei horrorizada. Vou usar essa palavra. Foi a minha sensação. Eles falaram que estavam me protegendo. Como uma escola diz que me protege, se escolhe o outro lado da história, que é o mentiroso e criminoso? (...) É um sentimento coletivo de todos nós, professores. Há alunos também revoltados. Realmente foi uma atitude completamente irresponsável e criminosa. Eles não poderiam ter assumido o lugar do erro e do desrespeito, que foi o que fizeram”. •



APOSTA NO FUTURO Ao lado do governador Elmano de Freitas (PT-CE), e do ministro Camilo Santana, Lula anuncia investimentos de R\$ 4 bilhões para a educação. “Para desenvolvermo-nos temos de investir na educação”

ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

Lula anuncia R\$ 4 bilhões para as colégios do ensino básico de todas as regiões do Brasil. O programa quer ampliar em 1 milhão o número de matrículas de alunos. No governo Bolsonaro houve queda de inscritos em período integral

As famílias brasileiras foram surpreendidas na última sexta-feira 12, pelo anúncio do presidente Lula de que o governo federal vai fazer um investimento de R\$ 4 bilhões na educação básica. Em evento no Ceará, acompanhado do ministro da Educação, Camilo Santana, Lula lançou o Programa Escola em Tempo Integral para beneficiar as crianças de todo o país.

Com o recurso, as escolas de educação básica de todas as regiões devem ampliar em 1

milhão o número de matrículas. O acréscimo do tempo integral igual ou superior a 7 horas diárias ou 35 horas semanais é direcionado ao desenvolvimento e formação integral de bebês, crianças e adolescentes.

“É muito importante quando uma mãe ou um pai deixa uma criança numa escola de tempo integral e sabe que seu filho ou filha está bem cuidado”, lembrou Lula. “E vamos precisar de governadores, prefeitos, deputados, a sociedade atuando juntos, porque essa política não será feita sozinha”.

Lula também lembrou os inúmeros desmontes do governo Bolsonaro, da construção de um país do ódio, da mentira, da venda de empresas públicas, da tentativa de golpe promovida por bolsonaristas em 8 de janeiro. Apesar disso, ele ressaltou que o Brasil será recuperado nos próximos 1200 dias de seu governo.

O presidente destacou ainda o investimento de R\$ 3 bilhões para ações de combate à violência nas escolas. “Precisamos estar atentos às nossas crianças e reverter este quadro em que alguns bandidos

que usam a internet para fazer mal, para provocar, para falar bobagem”, criticou.

A importância da educação do povo e de investimentos nas escolas brasileiras para que haja um futuro promissor na vida de cada brasileiro ou brasileira foi destacada pelo presidente. “Não existe na história da humanidade nenhum país que conseguiu se desenvolver sem antes investir na educação”, lembrou. “Não é colocar uma criança na escola porque a criança precisa de uma merenda escolar. É fazer escola no ensino fundamental, médio e universitário de qualidade. Porque quanto mais qualidade tivermos no ensino, mais qualificada vai ser aquela pessoa que está estudando”.

Lula enfatizou ainda que a reconstrução do Brasil não será somente na educação, mas na segurança e na tranquilidade as mães. “Não queremos cuidar apenas da educação, nós queremos cuidar da segurança dos jovens e dar tranquilidade às mães. É muito importante uma mãe poder colocar a criança numa escola de tempo integral, sair para trabalhar e saber que a criança está bem guardada”, disse.

O estado do Ceará foi escolhido pelo presidente Lula para o lançamento do programa por ter 70% das escolas públicas com ofertas de ensino médio em tempo integral. “Vamos fazer uma revolução educacional neste país. Para que a gente não deva nada a ninguém na qualidade educação”, ressaltou.

De acordo com o governador do Ceará, Elmano de Freitas (PT-CE), a meta é atingir 100% das instituições de ensino básico até o fim do mandato. Camilo Santana, que foi elogiado por Lula na condução da educação no estado do Ceará, disse que o MEC vai dar suporte aos estados e municípios na implantação da política pública de escola integral.

“O MEC vai apoiar tecnicamente e financeiramente essa política tão importante. Vamos ainda abrir uma linha de crédito para estados e municípios, primeiro do banco da Caf, para disponibilizar R\$ 2,5 bilhões para que estados e municípios construam escolas novas. O BNDES vai colocar recursos também”, destacou.

A senadora e coordenadora do Setorial Nacional de Educação do PT, Teresa Leitão (PT-PE), comentou os retrocessos e desigualdades promovidas no país na gestão

LULA: “VAMOS FAZER UMA REVOLUÇÃO EDUCACIONAL NESTE PAÍS. PARA QUE O BRASIL NÃO DEVA NADA A NINGUÉM EM EDUCAÇÃO”

de Bolsonaro, mas enfatizou que a nova medida do governo Lula com a implantação de escolas em tempo integral será um passo importante para o ensino no país.

“A educação foi abandonada na gestão anterior e as desigualdades foram aprofundadas na pandemia. O Escolas de Tempo Integral é um passo importante para consolidarmos a concepção de educação integral, para além da ampliação da jornada diária”, disse.

O programa assume o com-

promisso de alcançar mais de 1 milhão de estudantes na primeira etapa, que vai transferir recursos para estados e municípios de acordo com as matrículas pactuadas, o valor do fomento e critérios de equidade. Isso será feito com cuidado e acompanhamento, pois nas etapas seguintes, serão implementadas estratégias de assistência técnica junto às redes de ensino para a adoção do tempo integral, exatamente com o olhar para a redução das desigualdades.

O Programa Escolas de Tempo Integral é uma estratégia para alcançar a meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece a oferta de educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas para atender pelo menos 25% dos estudantes da educação básica.

De acordo com o Ministério da Educação, o relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do PNE 2022 mostra que o percentual de matrículas em tempo integral na rede pública brasileira caiu nos governos Temer e Bolsonaro. Em 2014, no governo da presidenta Dilma Rousseff, 17,6% dos estudantes se beneficiavam do ensino integral. No governo de Bolsonaro, em 2021, essa porcentagem caiu para 15,1%.

A oferta de ensino integral do governo Lula é para beneficiar todos os entes federados, que poderão aderir e pactuar metas junto ao MEC, por meio do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (Simec).

Na primeira etapa, o ministério vai estabelecer, junto a estados e municípios, as metas de matrículas em tempo integral, aquelas cuja jornada escolar seja igual ou superior a sete horas diárias ou 35 horas semanais. Os recursos serão transferidos levando em conta as matrículas pactuadas, o valor do fomento e adotar formas de equidade. •



ESPERANÇA RENOVADA

Brasil consegue reduzir desmatamento da maior floresta tropical do mundo. Com mais recursos, taxa de derrubada da floresta cai a 68% em abril. É vitória da política de respeito ambiental de Lula

Dois anúncios internacionais de doação de peso ao Fundo da Amazônia, pelos governos dos Estados Unidos e Reino Unido, aumentam as possibilidades de defesa do meio ambiente e de combate ao desmatamento. Novos recursos são muito bem-vindos para empreender uma batalha e resultados positivos são esperados por todo o planeta.

O investimento na defesa da região já mostra resultados: o desmatamento na Amazônia brasileira caiu 68% em abril em relação ao mesmo mês do ano passado, segundo dados preliminares do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) divulgados em 12 de maio.

Independente de valores, há um aspecto relevante: a crença de que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva irá atuar para

preservar a região, promover desenvolvimento sustentável e renda para a população local. O Fundo Amazônia foi reativado por decreto de Lula em 1º de janeiro, quando assumiu o governo.

A queda na taxa de desmatamento representa a primeira grande queda da devastação na floresta amazônica desde o início do governo Lula, que prometeu em sua campanha combater duramente o desmatamento ilegal. Dados do Inpe mostram que 328,71 km² foram desmatados na Amazônia em abril, ficando abaixo da média histórica para esse mês, de 455,75 km².

Com isso, reverte-se a trajetória dos primeiros meses do ano, que foi de crescimento do desmate. Considerando o número de abril, o desmatamento na Amazônia em 2023 caiu 40,4% em relação ao mesmo período de 2022, para 1.173 km².

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, afirma que os recursos anunciados para o Fundo Amazônia são resultado da parceria construída nos últimos três meses e serão importantes para financiar ações estruturantes que a pasta está construindo. Estas ações têm o objetivo de zerar o desmatamento e promover a transição para uma economia sustentável na Amazônia por meio do plano de ação para prevenção e combate do desmatamento na Amazônia, que está em consulta pública desde 10 de janeiro.

O objetivo central do Fundo da Amazônia é captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento. Mas também de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal. O fundo apoia o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e

controle do desmatamento no restante do Brasil e em outros países tropicais.

O governo dos Estados Unidos anunciou em 20 de abril, durante encontro de chefes de Estado no Fórum das Grandes Economias sobre Energia e Clima, a doação de US\$ 500 milhões (R\$ 2,5 bilhões) para o Fundo Amazônia, entre outras iniciativas globais de combate ao desmatamento, proteção ambiental, reflorestamento e mitigação da mudança do clima direcionadas ao Brasil.

Ainda no mesmo encontro foi anunciado o aporte inicial de US\$ 50 milhões (R\$ 250 milhões) no âmbito da estratégia de restauração florestal do BTG Pactual, que busca mobilizar US\$ 1 bilhão para restauração 300 mil hectares de terras degradadas no Brasil, Uruguai e Chile. Também serão destinados US\$ 200 milhões para ações de redução de emissões do metano nos países em desenvolvimento e US\$ 1 bilhão para o Fundo Verde para o Clima (GCF, na sigla em inglês).

Após encontro com o presidente Lula em 5 de maio, em Londres, o primeiro-ministro do Reino Unido, Rishi Sunak, anunciou um aporte de US\$ 100 milhões (cerca de R\$ 500 milhões) para o Fundo Amazônia. O premiê afirmou que a decisão é resultado do reconhecimento ao trabalho realizado pelo governo Lula em relação à preservação ambiental.

“Os países ricos precisam compreender que eles têm um débito na emissão, e portanto eles têm de adiantar recursos, pagando essa dívida. Eu quero que cumpram a promessa de 100 bilhões de dólares. Eu vou na COP dos Emirados Árabes cobrar isso”, disse Lula, referindo-se ao compromisso dos países desenvolvidos feito na COP15, em Copenhague, de US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020 para ajudar os menos desenvolvidos para enfrentar a crise. •

ONU ALERTA PARA MAIS CALOR

Período que vai de 2023 a 2027 provavelmente será o mais quente já registrado na história. Impacto dos gases de efeito estufa e do El Niño pode fazer temperatura média aumentar em 1,5°C

O mundo está vivendo eventos climáticos extremos, mas a situação deve piorar ainda mais nos próximos quatro anos. O alerta foi feito pela Organização Meteorológica Mundial (OMM), órgão ligado às Nações Unidas. Há 98% de chance de que as temperaturas globais atinjam níveis recordes nos próximos cinco anos e 66% de probabilidade de que esse aumento seja 1,5°C maior do que as temperaturas de nosso planeta na era pré-industrial.

Amá notícia relativa ao quinquênio 2023-2027 se deve a gases de efeito estufa, que retêm o calor, e ao fenômeno meteorológico El Niño, geralmente associado a um aumento das temperaturas, maior seca em algumas regiões do mundo e chuvas intensas em outras áreas. O relatório cita três vezes a Amazônia, alertando para menos chuvas na região, além de uma baixa de umidade por todo o quinquênio.

Os trechos em relação à Amazônia apontam que é provável haver menos chuvas na floresta em 2023, em relação à média de 1991 a 2020. O texto dá ênfase à provável estiagem de maio a setembro de 2023 a 2027.

O relatório indica ainda que, por consequência, poderá ser registrada baixa umidade na floresta no período, ainda que essa região seja de difícil medição – para essa previsão, especificamente, os cientistas atribuem um grau de confiança de médio a baixo.

Para Carlos Nobre, climatologista aposentado do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

(Inpe), as previsões são ruins para este ano tanto para a Amazônia quanto para o Nordeste e o Sul do Brasil. Também não são boas as previsões para Amazônia e Nordeste até 2027.

“A análise de chuva para 2023 indica uma alta probabilidade de continuidade da seca dos últimos três anos no Sul do Brasil. Isto tem a ver com o fato de que o El Niño, frequentemente associado a chuvas bem acima da média nesta região, não estar em forte intensidade pela maior parte deste ano”, explica. “Também há uma probabilidade alta de seca no Nordeste do Brasil em 2023, fenômeno diretamente associado ao El Niño, que deve estar em plena atividade durante a estação chuvosa do semiárido de fevereiro a maio de 2023”.

Segundo o comunicado oficial da agência sobre o relatório, há também “98% de probabilidade de que um dos próximos cinco anos seja o mais quente já registrado” no planeta. O atual recorde é de 2016, quando foi registrada a temperatura média global de 1,3°C a mais do que a temperatura pré-industrial, calculada entre 1850 e 1900. No ano passado, esse aumento foi de 1,15°C.

O relatório diz também que, pela primeira vez na história, há mais chances de que atinjamos o temido aumento de 1,5°C em relação ao nível pré-industrial. Há agora 66% de probabilidade de que isso aconteça em algum ano entre 2023 e 2027. No relatório anterior, divulgado em 2022, essa probabilidade era de 50%. •



ENCONTRO Em Hiroshima, Lula encontrou-se com o primeiro-ministro da Austrália Anthony Norman

LULA REAPROXIMA BRASIL DO G7

No Japão, presidente participa do encontro dos sete países mais ricos do mundo e promove reuniões bilaterais. Zelensky pediu audiência com o mandatário brasileiro para tratar da guerra

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva continua a sua maratona internacional rerepresentando o Brasil como um líder global e que disposto a promover a reaproximação com outras nações. Depois de uma longa viagem ao Japão para participar do encontro de Cúpula do G7, em Hiroshima, Lula teve intensa agenda de encontros oficiais com líderes de seis países e do secretário-geral da ONU, Antônio Guterres.

É a sétima vez que Lula participa da Cúpula do G7. As seis primeiras ocorreram nos dois primeiros mandatos, entre os anos de 2003 e 2009. Durante a cúpula de Hiroshima serão abordados temas como segurança alimentar, os problemas causados pela inflação e o alto endividamento

das nações em desenvolvimento, ações de combate às mudanças climáticas, fortalecimento do sistema mundial de saúde e a guerra na Ucrânia.

O presidente ucraniano Volodymyr Zelensky pediu um encontro com o brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A ideia é ter uma reunião bilateral e falar sobre a guerra na Ucrânia. O encontro ainda não havia sido confirmado até o fechamento desta edição. Mas Lula realizou a primeira reunião bilateral com o primeiro-ministro da Austrália, Anthony Albanese, do Partido Trabalhista, ainda na sexta-feira, 19. Os dois líderes conversaram sobre as preocupações causadas com as mudanças nas condições de trabalho.

No encontro com o primeiro-ministro da Austrália, o líder

brasileiro comentou a experiência da Espanha para reduzir a instabilidade que estava limitando a produtividade do país, sobre o constante contato entre o Ministério do Trabalho do Brasil com a contraparte da Espanha, principalmente para ampliar o direito desses trabalhadores de aplicativo. Falaram sobre o êxito da reforma trabalhista na Espanha, que obriga as empresas de entrega a abrir o algoritmo dos trabalhadores para deixar mais transparente a forma como o entregador é avaliado.

O presidente ainda teve encontros com o primeiro-ministro do Japão, Fumio Kishida; o presidente da Indonésia, Joko Widodo. No sábado, Lula fez mais uma reunião bilateral, desta vez com o presidente da França, Emmanuel Macron. •

LASSO DISSOLVE CONGRESSO

Para escapar do impeachment, o presidente do Equador dissolveu a Assembleia Nacional e decidiu antecipar as eleições gerais. Situação no país é de instabilidade grave. Ele tenta recuperar popularidade e coloca em pauta uma reforma tributária

A crise política no Equador se agravou e coloca o país em um perigoso momento. O presidente do Equador, Guillermo Lasso, dissolveu a Assembleia Nacional por decreto na quarta-feira, 17, antecipando eleições legislativas e presidenciais. A manobra teve como objetivo evitar o impeachment, prestes a ser aprovado pela oposição, que tem a maioria no parlamento.

Policiais e militares armados com equipamento de choque guardavam o prédio da Assembleia Nacional atrás de barricadas na capital do país, Quito, não permitindo a entrada de ninguém. Políticos da oposição estavam prestes a aprovar o impeachment de Lasso por acusações de corrupção. Ele foi advertido de desvios em um contrato da estatal de transporte de petróleo Flopec. Lasso nega as acusações.

Noventa e dois votos de 137 na Assembleia Nacional seriam necessários para o impeachment de Lasso. Uma votação para avançar com o processo na semana passada recebeu 88 votos dos 116 legisladores presentes.

A maioria dos deputados apoiou uma resolução acusando Lasso de permitir que o contrato corrupto continuasse após assumir o cargo em 2021. Um comitê de supervisão do Congresso, que ouviu depoimentos de legisladores da oposição, funcionários e o advogado de Lasso, disse em seu relatório que não recomendava impeachment. Mas a oposição tinha votos suficientes para levar à deposição do presidente, um empresário liberal de perfil de direita.

Lasso diz que o processo de impeachment – o primeiro contra um presidente equatoriano em décadas – tem motivação política e desencadeou uma grave crise

que ameaça a democracia. A dissolução era necessária, justificou o mandatário. “Esta é uma decisão democrática, não apenas porque é constitucional, mas porque devolve o poder ao povo equatoriano... para decidir seu futuro nas próximas eleições”, disse.

A turbulência no Equador é o mais recente episódio de volatilidade na América Latina, que viu o ex-presidente do Peru Pedro Castillo ser destituído do cargo em um julgamento de impeachment em dezembro. Ele foi preso após tentar dissolver o Congresso.

A decisão de Lasso provocou protestos de grupos indígenas e de esquerda. Muitos anunciaram que levariam o assunto às ruas em protesto - enquanto políticos da oposição questionavam a legalidade da medida. Parlamentares da oposição consideraram a dissolução ilegal, embora alguns pertencentes ao partido do ex-presidente Rafael Correa tenham dito que as eleições são a única saída para a crise. Políticos da oposição apresentaram uma moção ao tribunal superior do país em uma tentativa de impedir a dissolução.

Virgilio Saquicela, o ex-presidente da Assembleia Nacional que foi reeleito para o cargo na semana passada e permitiu o andamento do processo de impeachment, exigiu que o tribunal superior do Equador se pronunciasse imediatamente sobre as demandas apresentadas por políticos da oposição para impedir a dissolução.

Citando a crise e a incapacidade de governar, Lasso invocou a chamada cláusula constitucional de “morte em dois sentidos”, que permite ao presidente convocar eleições tanto para seu cargo. De acordo com a constituição, Lasso agora permanecerá no cargo e governará por decreto. O tribunal eleitoral do Equador tem até 24 de maio para convocar novas eleições, que devem ocorrer em 90 dias. •



CRISE O presidente do Equador anunciou a dissolução do Congresso e convocou eleições gerais, inclusive para presidente até agosto



23 de maio de 1932

EXPLODEM CONFLITOS EM SÃO PAULO

“Paulistas! Mais uma vez o ministro Osvaldo Aranha, como enviado especial do ditador, vem a São Paulo com o intuito de arrebatar ao povo paulista o sagrado direito de escolher seus governantes. Mas o povo paulista, cuja paciência não é ilimitada, não mais suportará tamanha afronta e humilhação”. Assim começa o panfleto da Frente Única Paulista, lido insistentemente nas emissoras de rádio e distribuído pelas ruas, convocando para mais um comício na Praça do Patriarca.

Depois do encontro, a multidão saiu em passeata pelas ruas do centro. Invadiu os jornais “Correio da Tarde” e “A Razão” (favoráveis ao governo provisório), depredando e queimando as instalações. De lá, seguiu para a sede da Legião Revolucionária, organização tenentista, saqueando duas lojas de armas no caminho.

Os legionários, percebendo a chegada da multidão enfurecida, responderam com tiros de

metralhadoras, ferindo várias pessoas e matando quatro atacantes: Mário Martins de Almeida (fazendeiro em Sertãozinho, 31 anos), Euclides Bueno Miragaia (auxiliar de cartório em São Paulo, 21 anos), Dráuzio Marcundes de Souza (ajudante de farmácia em São Paulo, 14 anos) e Antônio Américo de Camargo Andrade (comerciário em São Paulo, 30 anos).

A temperatura política subiu imediatamente. O Grêmio Politécnico, o Centro Acadêmico Osvaldo Cruz, o Centro Acadêmico XI de Agosto e o Centro Horácio Lane se juntaram à Liga Paulista Pró-Constituinte e lançaram um comunicado exortando a população a exigir “justiça aos responsáveis por esse crime vergonhoso”.

A sigla MMDC, formada pelas iniciais dos nomes dos mortos (Martins, Miragaia, Dráuzio e Camargo), seria transformada em símbolo do movimento paulista contra Getúlio Vargas.

25 de maio de 1959

IBAD CUSTEIA ELEIÇÃO DA DIREITA NO BRASIL

Agência Globo



É fundado, no Rio de Janeiro, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), organização conservadora e anticomunista vinculada à Agência Central de Informações (CIA) norte-americana. À frente do instituto está Ivan Haslochler, agente da CIA com atuação também na Bolívia e Equador.

A entidade atuaria nas áreas rural e parlamentar, no movimento estudantil, nos sindicatos e na ala conservadora da Igreja, como instituições católicas de extrema-direita. Também manteria estreitas relações com organizações paramilitares – a exemplo do Movimento Anticomunista (MAC) e da Cruzada Libertadora Militar Democrática (CLMD).

A partir da posse de João Goulart na Presidência da República, em 1961, o Ibad intensificaria suas ações com o objetivo de estimular, na sociedade brasileira, um amplo processo de mobilização anticomunista e de oposição ao governo e suas reformas. Em 1962, o instituto criaria dois bra-

ços de atuação: a Promotion SA e a Ação Democrática Popular (Adep).

A Promotion foi uma agência de publicidade encarregada de disseminar, com recursos norte-americanos, propaganda anticomunista e anti-Jango na imprensa falada e escrita e também dentro dos quartéis – só em 1964 teriam sido gastos US\$ 2 milhões em propaganda nas rádios, jornais e unidades móveis de exibição de filmes. Em 1963 teria havido mais de 1.700 exibições de filmes, somente no Rio de Janeiro, para cerca de 179 mil militares, em quartéis, escolas e navios.

Já a Adep atuaria pesadamente nas eleições de 1962, despejando dinheiro nas campanhas de 250 candidatos a deputado federal e 600 a estadual, além de oito candidatos a governador. Os recursos provinham da CIA, de multinacionais (ou empresas associadas ao capital estrangeiro) e de fontes governamentais dos Estados Unidos.

Em troca, o Ibad exigia, dos parlamentares federais eleitos, a adesão à Adep, criada no Congresso para inviabilizar as reformas de base, imobilizar o governo de João Goulart e fazer da paralisia institucional um pretexto para o golpe militar.

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso confirmaria o financiamento ilegal de campanhas pelo Ibad. Tanto o instituto quanto a Adep seriam fechados por crime de corrupção, por decreto de João Goulart, em 31 de agosto de 1963.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br ou memorialdademocracia.com.br



28 de maio de 1945

LEI AGAMENON DEFINE REGRAS ELEITORAIS

O presidente Getúlio Vargas assina o Decreto Lei 7.586, para regular o alistamento eleitoral e as futuras eleições. É o novo Código Eleitoral do país, que leva o nome do ministro da Justiça, Agamenon Magalhães. Ele trabalhara intensamente nos meses anteriores para definir as regras das eleições marcadas para 2 de dezembro e da participação dos partidos que iriam concorrer.

O decreto definiu que, para obter o registro e disputar as eleições, os partidos deveriam ter base nacional, com o apoio de, no mínimo, 10 mil eleitores em cada um de pelo menos cinco estados. Essa medida visava inviabilizar a recriação do quadro partidário anterior ao Estado Novo, sustentado por parti-

dos regionais.

Os candidatos que ocupassem funções públicas deveriam se afastar delas pelo menos 90 dias antes das eleições – a chamada desincompatibilização –, ou seja, se o próprio Getúlio Vargas resolvesse disputar a Presidência, deveria deixar o Palácio do Catete até 3 de setembro de 1945.

Mais de 35 partidos políticos conseguiram registro provisório, mas, até o final de 1948, apenas 12 permaneceriam oficialmente registrados. Com apoio do governo, foram criadas duas legendas: o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em oposição a Vargas, surgiu a União Democrática Nacional (UDN).



23 de maio de 1962

'O PAGADOR DE PROMESSAS' GANHA MELHOR FILME NO FESTIVAL DE CANNES

O filme "O Pagador de Promessas", baseado na peça teatral homônima de Dias Gomes e dirigido por Anselmo Duarte, conquista um dos mais importantes prêmios do cinema: a Palma de Ouro. O filme consagrou-se no Festival de Cannes, na França, derrotando obras de diretores consagrados, como "O Anjo Exterminador", de Luis Buñuel, "O Eclipse", de Michelangelo Antonioni, "Tempestade sobre Washington", de Otto Preminger, e "Longa Jornada Noite Adentro", de Sidney Lumet.

Entre os jurados do Festival de Cannes, estava François Truffaut, cineasta ligado à Nouvelle Vague francesa – já havia dirigido "Os Incompreendidos", em

1959, e "Jules e Jim: uma Mulher para Dois", em 1962. Truffaut era então um grande entusiasta do filme brasileiro no festival.

O enredo do filme conta a história de Zé do Burro (Leonardo Villar), camponês que, no desespero para salvar seu burro doente, promete a Iansã, em troca da cura, carregar uma cruz tão pesada como a de Cristo até a Igreja de Santa Bárbara, em Salvador.

Impedido pelo padre de entrar no templo – pois sua promessa fora feita a uma entidade do candomblé –, Zé do Burro recebe a solidariedade de uma multidão que, como ele, também havia incorporado às suas crenças as religiões africanas.

Ao final, Zé do Burro, morto a

bala por um policial que reprimia uma manifestação, é levado pela multidão pregado na cruz que havia carregado.

Tanto na peça quanto no filme, a disputa religiosa é o pano de fundo para uma discussão sobre a dificuldade de integração das camadas populares à vida do país.

Além da Palma de Ouro, "O Pagador de Promessas" levaria ainda o Prêmio Especial do Júri no Festival de Cartagena (Espanha) e o Golden Gate do Festival de San Francisco (Estados Unidos), como melhor filme e melhor trilha sonora (de Gabriel Migliori). No ano seguinte, seria indicado ao Oscar de melhor filme em língua estrangeira.

17 de maio de 1970

BISPOS CONDENAM A TORTURA NO BRASIL

Durante a 11ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Igreja Católica toma posição contra o autoritarismo e divulga documento em que denuncia os abusos do regime militar sobre os direitos humanos e sociais. A hierarquia religiosa, que havia apoiado o golpe de 1964, volta-se agora contra a violência da ditadura.

O documento da CNBB é contundente: "Não podemos admitir as lamentáveis manifestações da violência, traduzidas na forma de assaltos, sequestros, mortes ou quaisquer outras modalidades de terror. [...] Pensamos no exercício da JUSTIÇA, [...] que, sinceramente, cremos estar sendo violentado, com frequência, por processos levados morosa e precariamente, por detenções efetuadas em base a suspeitas ou acusações precipitadas, por inquéritos instaurados e levados adiante por vários meses, em regime de incomunicabilidade das pessoas e em carência, não raro, do fundamental direito de defesa".

No dia seguinte à divulgação do documento, o arcebispo de



Olinda e Recife, dom Helder Câmara (foto), mundialmente conhecido e candidato ao Prêmio Nobel da Paz, denunciaria as torturas em Paris para uma plateia de 10 mil pessoas. Ao regressar ao Brasil, tornou-se alvo de feroz campanha de desmoralização junto à opinião pública. Os jornais foram proibidos de entrevistá-lo e até de mencionar seu nome. A firme posição de destacados bispos, arcebispos e cardeais – como dom Paulo Evaristo Arns e dom Aloísio Lorscheider, além de dom Helder – abriu

um contencioso entre a ditadura e a hierarquia católica no Brasil.

A tensão aumentaria nos anos seguintes, com a implantação das Comunidades Eclesiais de Base, conforme orientação da 2ª Conferência Episcopal Latino-Americana (Celam), realizada em Medellín (Colômbia), em 1968. A Teologia da Libertação, a Igreja dos Pobres e as CEBs seriam importantes instrumentos de organização e conscientização política das camadas mais desprotegidas da população.

25 de maio de 1980

PDT COMPLETA NOVO QUADRO PARTIDÁRIO DESENHADO POR GOLBERY

A criação do PDT completa o projeto de reforma partidária concebido pelo general Golbery do Couto e Silva, chefe do Gabinete Civil do último general presidente do regime militar, João Baptista Figueiredo. É um dos movimentos finais do projeto de "distensão gradual e segura", rebatizado de "abertura política".

Com a reforma, a ditadura es-

perava dividir a oposição para manter o controle do Congresso e da sucessão presidencial indireta em 1985. O último passo seria restabelecer eleições diretas para governador em 1982 com uma legislação eleitoral favorável ao partido oficial, o PDS.

Golbery imaginava que seriam formados quatro novos partidos: os sucessores da Arena (PDS) e

do MDB (PMDB), um partido "de centro" (o PP) e uma legenda mais à esquerda, reunindo Leonel Brizola e parte dos novos sindicalistas.

A primeira surpresa na reforma foi a criação do PT. A segunda, o PDT, em consequência da manobra que tomou de Brizola a sigla PTB, que ficou nas mãos do grupo da deputada Ivete Vargas.



COMPROMISSO Ao lado da ministra Margareth Menezes, o presidente Lula assina o decreto que regula a lei que homenageia o ator e humorista Paulo Gustavo. São R\$ 3,8 bilhões para fomentar a produção cultural no país

AGORA, A LEI PAULO GUSTAVO TÁ VALENDO

Cumprindo mais uma promessa, Lula transfere R\$ 3,8 bilhões para a produção artística neste ano e lembra que o setor precisa receber mais investimentos: "Cultura não é gasto, não é uma coisa menor"

A cultura nacional volta a estar no centro das políticas públicas do governo federal. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a ministra da Cultura, Margareth Menezes, assinaram em Salvador, no dia 11, a regulação para a transferência de R\$ 3,8 bilhões para a cultura por meio da Lei Paulo Gustavo. A proposta aprovada pelo Congresso Nacional em 2022 havia sido vetada por Bolsonaro em plena pandemia. Gestores estaduais e municipais iniciam agora discussões distribuir os repasses. "Cultura não é gasto", disse Lula.

A assinatura do decreto pre-

sidencial que regulamenta a Lei 195/2022, de autoria do senador Paulo Rocha (PT-PA), foi um gesto político importante para o setor. Quase R\$ 4 bilhões serão assegurados para produtores e agentes culturais, por meio de políticas públicas de incentivo e fomento ao setor. Estados e municípios agora vão discutir os repasses.

"Os ignorantes desse país precisam aprender que cultura não é gasto, não é pornografia, não é uma coisa menor", discursou Lula, no ato de cerimônia ao lado de Margareth Menezes. "Cultura significa emprego, milhões de oportunidades para gente que precisa comer, tomar café, almoçar

e jantar. Portanto, os ignorantes fiquem sabendo: a cultura voltou nas mãos de uma mulher negra da Bahia para fazer a revolução necessária”.

“Todas as cidades do Brasil terão acesso a receber esse aporte de recursos”, anunciou Margareth Menezes. “Basta que os prefeitos e governadores entrem no link de acesso do MinC e inscrevam seu plano de ação”. É o maior valor da história garantido ao setor. Ela lembrou que a lei foi pensada para apoiar o setor e socorrer os trabalhadores da cultura, duramente atingidos pela Covid-19.

A regulamentação da Lei Paulo Gustavo é mais um aceno de reconstrução de Lula. Na gestão de Bolsonaro, a cultura foi reduzida a uma secretaria sem recursos, abandonada. Em 2021, foi autorizado cerca de R\$ 1,4 bilhão para a área, caindo para R\$ 1,2 bilhão no último ano do governo de Bolsonaro. Para 2023, o valor autorizado para o setor totaliza por volta de R\$ 6 bilhões.

“O governo passado vetou a proposta e adiou os repasses. Agora estamos conseguindo garantir a execução deste instrumento que pode ser acessado por todos”, ressaltou a ministra da Cultura. A Lei Paulo Gustavo havia sido aprovada por unanimidade pelo Congresso Nacional. Para acessar os recursos, estados e municípios têm prazo de 60 dias para registrar os planos de ação na plataforma Transfere.Gov.

A Lei Paulo Gustavo rende homenagem ao ator e humorista que faleceu em 2021, vítima de Covid-19. A lei prevê repasses a estados, municípios e ao Distrito Federal para ações emergenciais do setor cultural, duramente atingido pelos efeitos econômicos da pandemia. São beneficiados projetos nas áreas de música, dança, pintura, escultura, cinema, fotografia, artes digitais.

De acordo com o governo, do

total, R\$ 2 bilhões são destinados aos estados e R\$ 1,8 bilhão aos municípios. O texto garante medidas de acessibilidade nos projetos e ações afirmativas. Estados e municípios devem assegurar mecanismos de estímulo à participação e ao protagonismo de mulheres, negros, indígenas, povos tradicionais, populações nômades, segmento LGBTQIA+, pessoas com deficiência e outras minorias. A lei estabelece, ainda, que os chamamentos devem ter oferta de no mínimo 20% das vagas para pessoas negras e mínimo de 10% para indígenas.

A transferência dos recursos será feita por meio de editais, chamamentos públicos, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural ou outras formas de seleção pública. A regulamentação deixa definido ainda quais os setores a serem destinados os recursos pelos programas dos entes federados: do valor total, R\$ 2,7 bilhões serão aplicados no setor audiovisual, com R\$ 1,95 bilhão voltados ao apoio a produções audiovisuais, de forma exclu-

A LEI PREVÊ REPASSES PARA AÇÕES EMERGENCIAIS DO SETOR CULTURAL, ATINGIDO PELOS EFEITOS ECONÔMICOS DA PANDEMIA.

siva ou em complemento a outras formas de financiamento.

Outros R\$ 447,5 milhões são destinados a reformas, restauros, manutenção e funcionamento de salas de cinema. Há R\$ 224,7 milhões para capacitação, formação e qualificação no audiovisual, apoio a cineclubes e à realização de festivais e mostras de produções audiovisuais, além de R\$ 167,8 milhões para apoio às micro e pequenas empresas do setor audiovisual. O setor de jogos eletrônicos, atendendo a demanda popular, também foi incluído na Lei, o que deve impulsionar os estúdios nacionais.

“Finalmente a lei está sendo efetivada no país, fomentando um dos setores mais afetados pela pandemia de Covid-19. A Lei Paulo Gustavo tem a vantagem de garantir apoio a projetos das mais diferentes expressões culturais. Ou seja, todos serão beneficiados e vão conseguir exercer a sua arte. Hoje certamente é uma data histórica para o Brasil”, ressaltou o autor da proposta, o ex-senador Paulo Rocha.

A Lei Paulo Gustavo foi conquistada durante a pandemia e formulada em 2021 como forma de garantir o direito de uso dos recursos da área cultural que constavam em Fundos próprios específicos: Fundo Nacional de Cultura e Fundo Setorial do Audiovisual.

A aprovação do mecanismo contou com a mobilização da sociedade civil, que formou o Comitê Nacional Paulo Gustavo, de modo autônomo e independente, em todos os estados. Esse grupo reúne artistas, gestores culturais, parlamentares e agentes culturais de todo Brasil. Atualmente, integram os comitês 15 mil participantes que serão, ao lado dos Conselhos de Cultura e outras mobilizações sociais, fundamentais na articulação e participação na execução da Lei em todo país. •

A NOVA DO MANO BROWN

O vocalista do Racionais MC's está novamente no ar com o seu podcast que mostra entrevistados em um papo reto sobre questões da atualidade. Neste quarto ano, Brown já entrevistou Marcelo Adnet, Regina Casé, Galo de Luta e o Chavoso da USP

Bia Abramo

Você já foi patriota alguma vez na vida? Patriota? De gostar mesmo do Brasil? Cara, eu já fui patriota sim, eu sei todos os hinos do Brasil, o da bandeira". E aí começa uma cantoria a duas vozes "Salve lindo pendão da esperança/salve símbolo augusto da paz". Uma das vozes é do ator, comediante e carnavalesco Marcelo Adnet. A outra é de Mano Brown.

Em uma conversa que durou duas horas (e um minuto), Adnet e Brown falaram de cultura, carnaval, racismo e ditadura militar na estreia da quarta temporada de "Mano a Mano", o podcast semanal comandado pelo fundador dos Racionais MC's e a jornalista Semayat Oliveira.

Nesta nova temporada, já passaram pelo "Mano a Mano" personalidades tão diversas como Adnet, a atriz Regina Casé, o entregador Galo de Luta e o estudante conhecido nas redes sociais como Chavoso da USP. A novidade, neste ano, é que os ouvintes podem mandar perguntas durante o programa, mas o resto segue no mesmo esquema – entra toda quinta-feira no Spotify e os podcasts já veiculados permanecem no ar.

O apresentador Neto foi entrevistado no mais recente episódio da quarta temporada do podcast,

uma produção original do Spotify liderada por Mano Brown. O episódio foi lançado na sexta-feira, 19, e tem aproximadamente 2 horas e 30 minutos de duração. Durante a conversa, o ex-jogador falou sobre sua relação com o tema do racismo e planos para o futuro.

Desde que estreou a primeira temporada em 2021, o programa de rádio vem chamando a atenção pelo formato e pelo conteúdo. Espécie de talk show, em que a voz inconfundível de Brown pergunta, questiona, dialoga com convidados os mais diversos, "Mano a Mano" se firmou como uma novidade interessante no universo dos podcasts.

O rapper, conhecido pela sisudez, revelou-se um entrevistador atento e interessado. Também mostrou uma enorme versatilidade pelo podcast, já passaram nomes como Gregorio Duvivier, Angela Davis, Linn da Quebrada, Silvio Almeida, Txai Suruí, Anielle Franco, Preto Zezé e Dexter, Sônia Guajajara, Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva.

Não deveria ser surpresa para quem conhece o trabalho de "Pedro Paulo" nos Racionais MC's, grupo de rap na estrada desde 1988. Ao lado de Ice Blue, Edi Rock e KL Jay, o compositor Mano Brown criou o grupo na Zona Sul de São Paulo ainda nos anos 1980. Com poesia contundente sobre a realidade das periferias, os Racionais acabaram por se tornar a principal referência do rap

nacional, escola para diversos grupos e artistas que surgiram em sua esteira, como Emicida, Criolo, Rael da Rima, Sabotage, Don L. E isso só para falar de rappers de São Paulo.

Brown, como o cantor e MC dos Racionais, se notabilizou, ao longo dos mais de 30 anos de carreira, como um artista de opiniões firmes. Seja em falas durante os shows, seja como entrevistado na imprensa.

Da situação de violência da juventude negra nas periferias das grandes cidades, espremido entre o tráfico e a polícia, às questões mais gerais sobre a desigualdade brasileira, os Racionais acabaram também por ajudar a moldar um pensamento e uma linguagem para aqueles à quem não era dada a oportunidade de se expressar.

Assim, um projeto que tivesse Mano Brown diante de um microfone perguntando e debatendo sobre o Brasil era quase garantia de sucesso – a não ser, talvez, pela fama de marrento e "difícil" que se criou em torno do rapper. No "Mano a Mano", no entanto, Brown mostrou que, além de seus interesses variados, ele tem muita verve e carisma para conduzir mais de hora de entrevista.

O programa foi o terceiro podcast mais escutado na Retrospectiva do Spotify 2022 e ainda recebeu o prêmio APCA na categoria de 'Melhor Podcast' em fevereiro de 2023. •



SUPER CASSETTE

PC

THEODOMIRO, PRESENTE!

Primeiro condenado à pena de morte pela ditadura militar falece no Recife. O juiz e ex-guerrilheiro tinha 70 anos. Nos anos de chumbo, fugiu da prisão, foi pro exílio e depois virou juiz

Morreu no último domingo, aos 70 anos, o juiz Theodomiro Romeiro dos Santos, conhecido por protagonizar a primeira condenação à morte na história da República. Em 18 de março de 1971, durante a ditadura militar, ele foi condenado à pena capital numa sentença desumana proferida por um conselho especial da Justiça. A causa de sua morte não foi divulgada.

Theodomiro nasceu em Natal, no Rio Grande do Norte, e entrou na luta contra a ditadura aos 14 anos. Quando ouviu do tribunal a sentença de morte, seu semblante permaneceu sereno. Ele contou mais tarde que tinha certeza de que sua pena seria atenuada. Só não imaginava o que o destino lhe reservava.

Oito anos depois, fugiu da Penitenciária Lemos Brito, foi morar na França com a sua família e, após retornar ao Brasil, tornou-se juiz do Tribunal Regional do Trabalho. Em 2016, passados 45 anos da condenação diante de uma mesa cheia de homens fardados, sua história na guerrilha foi contada no documentário "Galeria F", de Emília Silveira.

Aposentado em 2012, após quase 20 anos atuando como magistrado em Pernambuco, Theodomiro ocupou a titularidade de varas da Justiça do Trabalho em cidades como Catende, Cabo, Salgueiro e Serra Talhada. Entre 2000 e 2004, foi presiden-



Reprodução

CORAGEM Ao escutar a sentença que o condenava à morte, o jovem Theodomiro manteve o semblante sereno. Torturado barbaramente, ele fugiu da prisão

te da Associação de Magistrados Trabalhistas.

Quando foi condenado, o então procurador Antônio Brandão de Andrade disse que a sentença servia de exemplo "aos agentes de Moscou e de Cuba que elegeram a violência e o terror como tônica de seu inconformismo e como advertência aos maus brasileiros".

Apesar de jovem, Romeiro era um preso importante. Em janeiro de 1971, ele estava na lista de 70 presos políticos que os sequestradores do embaixador suíço Giovani Bucher queriam libertar em troca da soltura do diplomata. Mas a ditadura não aceitou, exigindo que o nome fosse substituído para continuar às negociações.

Na época estudante, Theodomiro estava no Dique do Tororó, em Salvador, com dois de seus companheiros de luta armada, quando um jipe os alcançou com três agentes da ditadura militar, que desceram do carro e, sem se identificar, foram logo imobilizando o trio. Eles conseguiram algemar Romeiro a seu amigo Paulo Pontes, mas o terceiro guerrilheiro, Getúlio Cabral, saiu correndo pela Avenida Vasco da Gama.

Nas semanas seguintes, o jovem integrante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) foi torturado de várias formas, em sessões que duravam horas, primeiramente na sede da Polícia Federal na capital baiana e, em seguida, no Forte do Barbalho. Em depoimento, Romeiro conta que atirou nos agentes porque viu que seu amigo seria alvejado.

No dia de sua fuga, o ex-combatente saiu andando pela porta da Penitenciária Lemos Brito, em Salvador, antes de se meter pelo interior da Bahia, mudando de carros e esconderijos até conseguir asilo no exterior. O documentário "Galeria F" refaz esse trajeto com o próprio Romeiro, acompanhado do primogênito.

Theodomiro deixa quatro filhos. Bruno, Fernando Augusto e Mário são fruto de seu primeiro casamento. Seus nomes são homenagens a amigos guerrilheiros mortos pela repressão. Já a filha caçula, Camila, é filha de sua última esposa, Virgínia Lúcia. •

Organização

Jacques Mick

João Carlos Nogueira

VIVER POR CONTA PRÓPRIA

Como enfrentar
desigualdades
raciais, de classe e
gênero e apoiar a
economia popular
nas periferias
brasileiras

RECONEXÃO
PERIFÉRIAS



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

VIOLÊNCIA NO BRASIL

desafio das periferias

Disponível no site da Fundação Perseu Abramo

<https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/violencia-no-brasil-desafio-das-periferias/>

Organização

Felipe da Silva Freitas

Amanda Pimentel | Artur Henrique dos Santos | Bruno Langeani | Dandara Tonantzin Silva Castro | Danilo Sales do Nascimento | Dudu Ribeiro | Felipe da Silva Freitas | Gustavo Queiroz | Jackeline Aparecida Ferreira Romio | Juliana Borges da Silva | Juliana Gonçalves | Máira de Deus Brito | Pablo Nunes | Paulo César Ramos | Poliana da Silva Ferreira | Ricardo Moura | Silvia Ramos | Sofia Helena Monteiro de Toledo Costa

RECONEXÃO
PERFERIAS

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores